

REGISTROS PAROQUIAIS NO ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE NITERÓI (SÉCULOS XVII AO XX)

Antônio Seixas.¹

Resumo: *O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Niterói, criado em 2001, reúne o acervo de mais de 40 paróquias, dos séculos XVII ao XX, referentes aos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Sá, São Gonçalo, São João Marcos, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, em sua maioria livros de registro de batismo, casamento e óbito de livres, escravizados e indígenas. No presente artigo, procuramos identificar e contextualizar o acervo referente a cada município e paróquia.*

Abstract: *The Historical Archive of the Metropolitan Curia of Niterói, created in 2001, reunites the collection of more than 40 parishes from the XVII to XX centuries, referring to the counties of Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Santo Antonio de Sá, São Gonçalo, São João Marcos, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim, in its great majority books with the registers of baptism, weddings and deaths of freemen, slaves and Indigenous. In this article we try to identify and contextualize the collections referring to each county and parish.*

Introdução

¹ Advogado e historiador. Especialista em História do Brasil (IUPERJ), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FSBRJ) e em História Militar (UNISUL). Mestre em História (UNIVERSO). Doutorando em História (UNIVERSO). Membro titular da Academia Mageense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. Sócio-Adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia. Filiado ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira – CEIB, à Associação Nacional de História – Seção do Rio de Janeiro e à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. E-mail: antonioseixasadv@gmail.com.

A Diocese de Niterói foi criada, em 1892, desmembrada da Arquidiocese do Rio de Janeiro, com jurisdição eclesiástica abrangendo os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Sua sede foi transferida para Campos dos Goytacazes (1895) e depois para Petrópolis (1897). Retornou para Niterói apenas em 1908. Seu território eclesiástico foi sendo reduzido ao longo dos anos, com a criação das dioceses do Espírito Santo (1895), de Barra do Pirai (1922), de Campos dos Goytacazes (1922), de Valença (1925), de Petrópolis (1946) e de Nova Friburgo (1960). Foi elevada a Arquidiocese e sede metropolitana, em 1960.²

Atualmente, a Arquidiocese de Niterói abrange em sua jurisdição eclesiástica municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá) e das Baixadas Litorâneas (Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim), com um total de 86 igrejas matrizes, 423 capelas, 158 sacerdotes e 90 diáconos permanentes.³

A Cúria Metropolitana de Niterói é a instância que congrega a administração da arquidiocese e assessora o Arcebispo Metropolitano em sua missão pastoral. É composta por diferentes organismos, como a Mitra Arquidiocesana, o Arquivo Histórico, os Vicariatos e as Paróquias.

O Padre Raphael Bluteau, em seu dicionário do século XVIII, demonstra que as palavras freguesia e paróquia são sinônimas. Freguesia é a igreja paroquial ou o lugar da cidade ou do campo, em que vivem os fregueses ou os paroquianos.⁴ Já Paróquia, a freguesia ou a igreja paroquial, governada por um pároco.⁵

Como observou Alberto Ribeiro Lamego, do pouso, da fazenda e da paróquia surgiram a aldeia, o arraial e a vila,⁶ o que evidencia a importância do estudo dos registros paroquiais para a compreensão do processo de formação dos municípios fluminenses.

Em 1997, Thalita Casadei menciona a existência de dois importantes arquivos eclesiásticos em Niterói: o da Catedral de São João Batista, o mais antigo da cidade, organizado por Monsenhor Antonio Macedo, e o da Cúria, ainda em organização, mas que tinha em sua guarda uma grande quantidade de autos de

² SILVA, Salvador da Mata e. *Arquidiocese de Niterói: Jubileu de Ouro*. Niterói: Muiraquitã, 2010, p. 25-27.

³ ARQUIDIOCESE DE NITERÓI. *Anuário Arquidiocesano 2022: 130 anos construindo o Reino (1892-2022)*. Niterói: Arquidiocese de Niterói, 2022, p. 15-16.

⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*: volume 4. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Oficina de Paschoal da Sylva, 1712-1728, p. 206.

⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*: volume 6. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Oficina de Paschoal da Sylva, 1712-1728, p. 280.

⁶ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A planície do solar e da senzala*. 2 ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1996, p. 152.

processos de habilitações matrimoniais.⁷

O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Niterói, criado em 2001, por Dom Carlos Alberto Navarro, 3.º Arcebispo de Niterói, reúne o acervo de mais de 40 paróquias, dos séculos XVII ao XX, referentes aos municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Sá, São Gonçalo, São João Marcos, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim (Tabela 01), correspondendo a um universo de quase 800 livros de batismo, crisma, casamento, óbito, índices, provisões, impedimentos, banhos, justificações de batismo, sem esquecer os de compromissos, receitas e despesas de irmandades religiosas. Existe, ainda, um conjunto de livros que não nos foi possível confirmar a que paróquia ou paróquias se refere.

Tabela 01. Municípios e Paróquias

Município	Paróquias (data de criação)
Araruama	São Sebastião de Araruama (1799); São Vicente de Paulo (1857)
Armação de Búzios	Santana e Santa Rita de Cássia (1997)
Arraial do Cabo	Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora dos Remédios (1958)
Cabo Frio	Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio (1615)
Cachoeiras de Macacu	Sant'Anna de Japuiba (1850)
Campos dos Goytacazes	São Salvador de Campos dos Goytacazes (1674); São Gonçalo dos Campos dos Goytacazes (1795)
Cantagalo	Santa Rita do Rio Negro (1842)
Guapimirim	Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (1755)
Iguaba Grande	Nossa Senhora da Conceição de Iguaba (1966)
Itaboraí	São João Batista de Itaboraí (1696); Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1737); Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas (1856); São Pedro Apóstolo de Venda das Pedras (1970)
Magé	Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba (1755)
Maricá	Nossa Senhora do Amparo de Maricá (1755)

⁷ CASADEL, Thalita de Oliveira. *Niterói, a terra e o homem*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1997, p. 15-17.

Niterói	São João Batista de Niterói (1696); São Sebastião de Itaipu (1755); São Lourenço (1758); Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba (1840); São Francisco Xavier (1913); Nossa Senhora das Dores do Ingá (1924); São Sebastião do Barreto (1928); Santo Cristo dos Milagres (1947); Nossa Senhora do Sagrado Coração (1950); São João Batista de Tenente Jardim (1961); Porciúncula de Sant'Anna (1965)
Rio Bonito	Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1799)
Rio de Janeiro	Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (1644); Nossa Senhora de Loreto de Jacarepaguá (1661); Salvador do Mundo de Guaratiba (1755)
Santo Antônio de Sá	Santo Antonio de Sá (1644)
São Gonçalo	São Gonçalo do Amarante (1645); Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros (1844); Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José Operário do Gradim (1967); Nossa Senhora das Neves (1984)
São João Marcos	São João Marcos (1755)
São Pedro da Aldeia	São Pedro da Aldeia (1795)
Saquarema	Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema (1755)
Silva Jardim	Nossa Senhora da Lapa de Silva Jardim (1801); Nossa Senhora do Amparo de Correntezas (1844)

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.

O acervo documental da Cúria de Niterói inclui registros paroquiais de municípios que não estão mais em sua jurisdição eclesiástica. Por exemplo, a Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, no Município de Magé, criada em 1755, pertence, desde 1946, à Diocese de Petrópolis, mas antes pertenceu à Arquidiocese do Rio de Janeiro e à Diocese de Niterói, o que acabou espalhando seus livros de registros pelos três arquivos eclesiásticos. Além disso, o arquivo é importante para a história da Cidade do Rio de Janeiro já que guarda livros das primeiras freguesias criadas no subúrbio carioca, Irajá (1644) e Jacarepaguá (1661).

Alguns livros trazem assentos anteriores à criação das respectivas paróquias. A explicação é simples: antes de se tornarem freguesias, algumas comunidades contaram com a assistência espiritual de um capelão. Critérios demográficos e econômicos nos arraiais foram determinantes para a elevação de capelas ao título de igrejas matrizes. Se a vizinhança de uma capela rural era suficientemente populosa ou abastada para arcar com a remuneração de um capelão, o bispo podia

transformá-la em capela curada, curato ou capela filial, ou seja, servida por um cura, padre ou vigário coadjutor, subordinado ao vigário de uma igreja matriz.⁸

Como o sistema colonial não possuía um caráter propriamente pastoral, as paróquias coladas ou perpétuas, de criação régia, foram mais raras, pois o governo monárquico não tinha interesse em arcar com o pagamento regular da cônica aos párocos. Em consequência, os bispos passaram a criar paróquias independentemente do Padroado Régio, que se sustentavam com dificuldade por meio do dízimo pago pelos fiéis.⁹

As primeiras paróquias abrangiam grandes territórios e seus limites não eram bem definidos. O grande número de freguesias criadas na Capitania do Rio de Janeiro, a partir de 1755, sinaliza para a necessidade de interiorização da administração dos sacramentos em novos núcleos populacionais.

Não raro, a pequena capela de taipa, ao ser elevada a condição de igreja matriz, deu lugar a um novo templo, construído com recursos públicos e doações da comunidade. Nelson Omegna observa que a riqueza das minas, dos engenhos, das fazendas e dos currais foi aplicada na construção e embelezamento das igrejas brasileiras, que contrastavam com a simplicidade do casario em seu entorno.¹⁰

Passamos a detalhar o acervo referente a cada município e paróquia, buscando contextualizá-los, indicando os períodos referentes a cada livro de registro de batismo, casamento e óbito. Neste sentido, não nos deteremos na análise da documentação referente às irmandades religiosas.

Além das corografias de Aires de Casal (1817) e de Caetano da Silva (1896) e das informações coligidas por Monsenhor Pizarro e Araújo, em suas visitas pastorais (1794-1795) e que serviram de base para sua memória histórica do bispado fluminense, publicada na década de 1820, recorreremos à coleção de jornais da Biblioteca Nacional, notadamente, a do *Almanak Laemmert*, publicado na Corte, a partir de 1844, e a do jornal O Fluminense, que circula, em Niterói, ininterruptamente, desde 1878.

Araruama

Pedro Guedes Alcoforado traduz a palavra Araruama como “abundância de mariscos ou conchas”, onde “ararú” significaria conchas e “uamá”, abundância, em uma referência a Lagoa de Araruama, onde havia grossa

⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 99-111.

⁹ HOORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 284.

¹⁰ OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. 2 ed. Brasília: EBRASA, 1971, p. 50-51.

camada de conchas no fundo.¹¹

O Município de Araruama tem sua origem na Freguesia de São Sebastião de Araruama, que pertenceu a Cabo Frio (1799) e depois a Saquarema (1852). Em 1859, a sede do Município de Saquarema foi transferida para Araruama. Sendo restabelecida a Vila de Saquarema, em 1860, persistiu, porém, a Vila de Araruama, que teve seu território ampliado com a Freguesia de São Vicente de Paula, desmembrada de Cabo Frio. Em 1890, Araruama recebeu foros de cidade.¹²

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que os habitantes de Araruama dedicavam-se à produção de sal, farinha e algum açúcar e ao cultivo de arroz e feijão, tirando seu maior lucro da pescaria.¹³

Em 1880, o Município de Araruama compreendia as freguesias de São Sebastião de Araruama e de São Vicente de Paulo, com uma população formada por 13.416 habitantes livres e 7.853 escravizados matriculados até 1877. Araruama contava com um Juízo de Direito, um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Delegacia de Polícia, uma Coletoria de Rendas e uma Agência dos Correios.¹⁴

Em fins do século XIX, o município era formado por Araruama (1.º distrito); Morro Grande (2.º distrito, criado em 1892), compreendendo as povoações de Maribondo, Trindade, Boa Esperança, Prodígio, Aurora e Lagoa do Peixe; e São Vicente de Paulo (3.º distrito).¹⁵

Em 1929, Escragnolle Dória mencionou que a indústria salineira e as caieiras representavam as principais atividades em Araruama, produzindo 24 mil toneladas de sal e 100 mil toneladas de cal. As caieiras aproveitavam os depósitos de mariscos da lagoa. Cultivava-se também café e cereais, beneficiados por engenhos.¹⁶

Paróquia de São Sebastião de Araruama (1799)

A Freguesia de São Sebastião de Araruama foi criada pelo Edital de 10 de janeiro de 1799, com territórios desmembrados das freguesias de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio e de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema. Por provisão de 5 de março de 1698, havia funcionado antes, como curada, a Capela

¹¹ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 66-67.

¹² ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 10.

¹³ CASAL, Aires de. *Corografia Brasilica: volume 2*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 38.

¹⁴ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 56-58.

¹⁵ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 279-280.

¹⁶ DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 16-18.

de Nossa Senhora do Cabo, na Fazenda de Paraty, de Martins Correia Vasques, devoção trazida pelos portugueses do Cabo da Boa Esperança.¹⁷ A construção da nova Igreja Matriz de São Sebastião de Araruama ganhou impulso com a instalação da Vila de Araruama, em 1859, sendo a obra inaugurada em 20 de outubro de 1867.¹⁸

Emmanuel Bragança de Macedo Soares esclarece que o desenvolvimento do povoado de Araruama está associado à fundação do Hospício de São Sebastião, com sua respectiva capela, construída por volta de 1732, pelos franciscanos do Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio. A paróquia foi instalada, provisoriamente, na capela do hospício, em 1800, onde permaneceu até ser benta a nova Igreja Matriz de Araruama, em 1867, consumida por um incêndio na manhã de 15 de junho de 1945.¹⁹

Registros Paroquiais de São Sebastião de Araruama:

Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1710-1713; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1872-1874; Livro de Batismos de Escravos, Índios e Livres, 1874-1876; Livro de Batismos de Livres, 1877-1880; Livro de Batismos, 1881-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1887-1898; Livro de Batismos, 1998-2000; Livro de Batismos, 2000-2002.

Livro de Casamentos de Livres, 1860-1869; Livro de Casamentos, 1890-1905.

Livro de Óbitos, 1872-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871).

Paróquia de São Vicente de Paulo (1857)

A Lei Provincial n.º 737, de 28 de setembro de 1854, criou o Curato de São Vicente de Paulo, no lugar denominado Pavuna, na Freguesia da Aldeia de São Pedro, no Município de Cabo Frio. Pela Lei Provincial n.º 977, de 13 de outubro

¹⁷ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve notícia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 428-434.

¹⁸ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 280.

¹⁹ SOARES, Emmanuel de Macedo. *As matrizes de Araruama e São Vicente*. Niterói: Nitpress, 2011, p. 19-28.

de 1857, o curato foi elevado à freguesia. Pela Lei Provincial n.º 1180, de 24 de julho de 1860, a Freguesia de São Vicente de Paulo passou a pertencer ao Município de Araruama.²⁰

A região da Pavuna, em São Pedro da Aldeia, ganhou impulso com a cafeicultura e a expansão ferroviária. Com a criação do Curato de São Vicente de Paulo, em 1855, foram instaladas a Subdelegacia de Polícia e o Juizado de Paz. Em 1857, a paróquia foi instalada, provisoriamente, em uma capela improvisada na casa de João Batista Gomes, enquanto se aguardava a conclusão da Igreja Matriz, que entrou em uso em 1859. No ano seguinte, a paróquia passou a pertencer à Araruama. Atingida por um raio, em 1870, o templo só teve sua reconstrução concluída em 1874.²¹

Registros Paroquiais de São Vicente de Paulo:

Livro de Batismos de Escravos, Forros e Livres, 1855-1860; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1860-1866; Livro de Batismos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1866-1874.

Livro de Casamentos de Escravos e Livres, 1855-1898.

Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1855-1889.

Armação dos Búzios

A ocupação da Ponta dos Búzios começou, por volta de 1740, com a posse da terra exercida pelo Padre Vicente Coutinho, um dos jesuítas que prestavam assistência aos índios, mesmo contrariando os interesses da Câmara Municipal de Cabo Frio, que chegou a protestar junto ao Procurador da Coroa contra a Companhia de Jesus. Sua história se divide, porém, antes e depois da passagem da atriz francesa Brigitte Bardot pelo distrito, em 1964.²²

O Município de Armação dos Búzios tem sua origem no Distrito de Saco de Fora, criado em 1924, em Cabo Frio. Em 1938, o distrito passou a se

²⁰ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 434-436.

²¹ SOARES, Emmanuel de Macedo. *As matrizes de Araruama e São Vicente*. Niterói: Nitpress, 2011, p. 41-43.

²² MASSA, Hilton. *Cabo Frio, nossa terra, nossa gente*. Rio de Janeiro: FLUMITUR, 1967, p. 189-192.

chamar Armação dos Búzios.²³ Em 1995 ocorreu a sua emancipação, com o nome de Armação de Búzios,²⁴ sendo instalado em 1.º de janeiro de 1997.²⁵ No mesmo ano, teve seu nome alterado de Armação de Búzios para Armação dos Búzios.²⁶

Paróquia de Sant'Anna e Santa Rita de Cássia (1997)

A instalação do Município de Armação dos Búzios, em 1997, levou Dom Carlos Alberto Navarro, Arcebispo de Niterói, a criar a Paróquia de Sant'Anna e Santa Rita de Cássia, sendo empossado, como primeiro administrador, Padre Ricardo Whyte, que já atuava como vigário paroquial desde 1991.²⁷

Monsenhor Pizarro registra que a primeira capela construída na região foi a de Sant'Anna, levantada por contratadores das baleias na Ponta dos Búzios, no sítio da Armação, nos limites da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio, abandonada no início do século XIX.²⁸

Já Paulo Pardal comenta que a Capela de Sant'Anna foi erguida, em 1740, pelo negociante Brás de Pina, em cujo entorno se desenvolveu a armação, que teria sido abandonada, em fins do século XVIII, pela pouca rentabilidade da pesca da baleia e extração de óleo.²⁹

Em 1968, outra capela foi construída na região, a de Capela de Santa Rita de Cássia, iniciativa de Horácio Milliet.³⁰ Em 2001, ao lado da Igreja Matriz de Búzios, foi inaugurada a Capela de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, construída pelo casal Isis e Paulo Penido.³¹

Registros Paroquiais de Santana e Santa Rita de Cássia:

Livro de Batismos, 1997-2013.

Arraial do Cabo

²³ IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965, p. 60.

²⁴ O Fluminense, Niterói (RJ), 29 de dezembro de 1995, p. 3.

²⁵ O Fluminense, Niterói (RJ), 2 de janeiro de 1997, p. 11.

²⁶ O Fluminense, Niterói (RJ), 22 de junho de 1997, p. 2.

²⁷ O Fluminense, Niterói (RJ), 29 de julho de 1997, p. 8; O Fluminense, Niterói (RJ), 3 de agosto de 1997, p. 11.

²⁸ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 129-182.

²⁹ PARDAL, Paulo. Armação de Búzios. *RIHGRJ*, n. 6. Rio de Janeiro, 1996/1997, p. 55

³⁰ O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 2 de setembro de 1972, Caderno Ideia Nova, p. 3.

³¹ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 18 de agosto de 2001, p. 15.

O Município de Arraial do Cabo tem sua origem no Distrito de Arraial do Cabo, criado em 1924, em Cabo Frio. Sua emancipação ocorreu em 13 de maio de 1985, sendo instalado em 1.º de janeiro de 1986.³²

Paróquia do Sagrado Coração de Jesus e N.ª S.ª dos Remédios (1958)

A paróquia foi instalada, em 1958, por Dom Carlos Gouvêa Coelho, Bispo de Niterói, na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, na Praia dos Anjos, sob a invocação de Nossa Senhora de Lourdes, em comemoração ao centenário da aparição da Virgem Maria a Bernadete, sendo empossado seu primeiro pároco, o Padre Luiz Scacchetti.³³

Segundo Monsenhor Pizarro, a primeira capela construída na região foi a de Nossa Senhora dos Remédios, na Praia dos Anjos, construída por Antonio Luiz Pereira e outros pescadores, nos limites da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio.³⁴

Já a Capela do Sagrado Coração de Jesus, construída por volta de 1932, foi demolida na década de 1980, para dar lugar à atual Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora dos Remédios.³⁵

Registros Paroquiais do Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora dos Remédios:

Livro de Casamentos, 1987-1994.

Cabo Frio

O Município de Cabo Frio foi fundado, em 1615, com o nome de Santa Helena, por Constantino de Menelau. Em 1616, a sede do município foi transferida para o povoado de Cabo Frio, fundado por Estevão Gomes, o construtor do Forte de São Mateus. Compreendia ainda a Aldeia de São Pedro, fundada em 1617, pelos jesuítas (atual São Pedro da Aldeia). Em 1815, o Príncipe Regente Dom João concedeu a Vila de Cabo Frio foros de cidade.³⁶

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que a Cidade de Cabo

³² ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 13.

³³ O Fluminense, Niterói (RJ), 1.º de abril de 1958, p. 6.

³⁴ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 129-182.

³⁵ O Fluminense, Niterói (RJ), 25 de setembro de 1980, p. 8.

³⁶ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 20-21.

Frio não passava de uma vila considerável, repartida em dois bairros (Cabo Frio e Passagem), de casas quase geralmente chãs e de taipa ou madeira. Contava Cabo Frio com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, uma ermida dedicada a São Bento e um convento franciscano, em cujo morro havia a Capela de Nossa Senhora da Guia. Já no bairro da Passagem, muito próximo da barra defendida pelo Forte São Mateus, havia uma ermida dedicada a São Benedito e professores régios de primeiras letras e latim. Seus habitantes dedicavam-se à pesca e a produção de cal de marisco.³⁷

Em 1880, o Município de Cabo Frio compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio e da Aldeia de São Pedro, com uma população formada por 14.822 habitantes livres e 6.515 escravizados matriculados até 1877.³⁸

Em fins do século XIX, o município era formado por apenas dois distritos: Cabo Frio (1.º distrito), cuja economia se baseava na produção de sal e de cal de mariscos, onde se destacavam a Igreja Matriz, a Casa de Caridade e o Recolhimento de Órfãos e abrangia o povoado de São Benedito da Passagem; e Araçá (2.º distrito, criado em 1891).³⁹

Em 1929, Escragnolle Dória descreveu a economia de Cabo Frio baseada na produção de sal e de cal e no pescado, contando com quase 50 salinas, que produziam, anualmente, 60 mil toneladas de sal.⁴⁰

Paróquia de Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio (1615)

A Paróquia de Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio foi criada em 15 de agosto de 1615. Em uma capela construída dentro da igreja matriz, se conservava a imagem de Nossa Senhora da Conceição, encontrada em um penedo, em 1721. Dentro da cidade, subsistiam as capelas de São João Batista, que pertencia aos beneditinos; a de São Benedito, fundada por João Botelho da Ponte, com provisão de 1726, no lugar conhecido por Passagem e que contava com um capelão; Nossa Senhora da Guia, no cume do morro contíguo ao Convento de Nossa Senhora dos Anjos; e a de São Bento. Nos limites da paróquia, havia a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, na Praia dos Anjos, construída por pescadores; a Capela de Sant'Anna, levantada por contratadores das baleias na Ponta dos Búzios; a Capela de Santo Ignácio, erguida pelos jesuítas em sua Fazenda Campos Novos; a Capela de Sant'Anna, construída em outra fazenda dos jesuítas e que depois foi

³⁷ CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 40-41.

³⁸ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 77-81

³⁹ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 289-291.

⁴⁰ DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 30-35.

arrematada por Gonçalo Marques.⁴¹

Na segunda metade do século XIX, no território da paróquia havia, além da Igreja Matriz e do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, sete capelas: de Nossa Senhora da Guia e da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, dentro da área do convento; de São Benedito, na Passagem; de Nossa Senhora dos Remédios, no Arraial do Cabo; Sant'Anna, no Arraial da Armação dos Búzios; de Santo Ignácio de Loyola, em Campos Novos; e de Santa Isabel da Caridade, da irmandade que mantinha um recolhimento de expostos, um hospital e um cemitério.⁴²

Registros Paroquiais de Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio:

Livro de Batismos de Livres, 1675-1717; Livro de Batismos, Casamentos e Óbitos de Escravos e Livres, 1699-1732; Livro de Batismos de Livres, 1711-1719 (fragmentos); Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1803-1832; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1827-1853; Livro de Batismos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1836-1840; Livro de Batismos Escravos, Forros e Livres, 1853-1860; Livro de Batismos de Escravos, Forros e Livres, 1860-1872; Livro de Batismos, 1871-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1872-1878; Livro de Batismos, 1889-1896; Livro de Batismos, 1904-1911; Livro de Batismos, 1912-1914; Livro de Batismos, 1914-1918; Livro de Batismos, 1918-1924; Livro de Batismos, 1924-1929; Livro de Batismos, 1929-1935; Livro de Batismos, 1949-1951; Livro de Batismos, 1951-1953; Livro de Batismos, 1953-1955.

Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1675-1730; Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1810-1849; Livro de Casamentos de Livres, 1849-1867; Livro de Casamentos de Livres, 1867-1879; Livro de Casamentos Escravos, Forros, Livres e Índios, 1879-1925; Livro de Casamentos, 1925-1940; Livro de Casamentos, 1940-1954; Livro de Casamentos, 1954-1962; Livro de Casamentos, 1961-1970; Livro de Casamentos, 1962-1977; Livro de Casamentos, 1970-1974; Livro de Casamentos, 1974-1976; Livro de Casamentos, 1976-1978; Livro de Casamentos, 1978-1979; Livro de Casamentos, 1979-1981; Livro de Casamentos, 1981-1982.

Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1678-1729 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1698-1721; Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres,

⁴¹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 129-182.

⁴² Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 80.

1798-1802 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1802-1803 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1803-1812 (contém testamentos); Livros de Óbitos de Escravos e Livres, 1812-1816; Livro de Óbitos de Escravos e Livres (1816-1854); Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1854-1867; Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1867-1882; Livro de Óbitos, 1871-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Óbitos de Escravos, Índios e Livres, 1882-1944.

Cachoeiras de Macacu

Pedro Guedes Alcoforado esclarece que a palavra Macacu é uma referência a uma árvore, cuja madeira seria ótima para o emprego na construção civil e naval.⁴³

O Município de Cachoeiras de Macacu tem sua origem na antiga Vila de Santo Antônio de Sá, criada por Alvará Régio de 15 de maio de 1679, a primeira fundada no recôncavo da Baía de Guanabara. Teve sua sede transferida para o povoado de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu, pela Lei Provincial n.º 1.379, de 6 de novembro de 1868. A vila teve seu nome alterado de Santo Antônio de Sá para Sant'Anna de Macacu, pelo Decreto Provincial n.º 2.244, de 29 de setembro de 1887. Novamente, o município teve seu nome modificado, em 10 de dezembro de 1898, passando a se chamar Sant'Anna de Japuiba. A sede municipal foi transferida para o Distrito de Cachoeiras, pela Lei Estadual n.º 1.790, de 27 de dezembro de 1923. Elevado à categoria de cidade, pela Lei Estadual n.º 2.335, de 27 de dezembro de 1929. Em virtude do Decreto-Lei Estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, o Município de Santana de Japuiba passou a denominar-se Cachoeiras. Por força do Decreto-Lei n.º 1.056, de 31 de dezembro de 1943, o Município e o Distrito de Cachoeiras passaram a se chamar Cachoeiras de Macacu e o Distrito de Santana foi rebatizado de Japuiba.⁴⁴

Em 1880, o Município de Sant'Anna de Macacu compreendia as freguesias de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu (que incluía o Arraial das Cachoeiras de Macacu, atendido pela Estrada de Ferro Cantagalo) e de São José da Boa Morte, com uma população formada por 20.083 habitantes livres e 4.526 escravizados matriculados até 1877. Macacu contava com um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Delegacia de Polícia, uma Coletoria de Rendas e uma Agência dos Correios.⁴⁵

Em fins do século XIX, faziam parte de seu território às povoações de

⁴³ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 136.

⁴⁴ IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965, p. 61-66.

⁴⁵ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 217-221.

Sambé, Monte Azul, Campo dos Patys e Boca do Mato, desmembradas, em 1892, dos municípios de Rio Bonito, Capivary (hoje Silva Jardim) e Nova Friburgo, respectivamente. O município era formado por Sant'Anna de Macacu (1.º distrito), que incluía os povoados de Sambaetiba e Papucaia; Cachoeiras de Macacu (2.º distrito), com o povoado de Boca do Mato; e São José da Boa Morte (3.º distrito), com as povoações de Subaio e Porto Grande.⁴⁶

Paróquia de Sant'Anna de Japuíba (1850)

Japuíba é uma ave da família dos icterídeos, de plumagem preta e causa amarela. Seu canto se assemelharia a uma gargalhada.⁴⁷ A paróquia tem sua origem na Capela da Santíssima Trindade, que, a partir de 1675, tornou-se curada. Em 1737, a população começou a construir uma nova capela, em Papucaia, para onde foi transferida a pia batismal, em 1743. A Paróquia de Santíssima Trindade foi criada por Alvará Régio de 26 de janeiro de 1755. A Lei Provincial n.º 517, de 4 de maio de 1850, desmembrou parte de seu território para criar a Paróquia de Sant'Ana, servindo de Matriz a capela cedida por Zózimo Ferreira da Silva. A Lei Provincial n.º 705, de 9 de outubro de 1854, revogou a lei anterior, restabelecendo o território de Santíssima Trindade, mas sob a invocação de Sant'Anna de Macacu e com sede na capela cedida por Zózimo Ferreira da Silva.⁴⁸ Daí o nome de Freguesia de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu ser recorrente nos documentos e o porquê dos acervos das duas paróquias terem sido reunidos. A partir de 1943, a paróquia passou a se chamar Sant'Anna de Japuíba.⁴⁹

Registros Paroquiais de Sant'Anna de Japuíba:

Livro de Batismos de Livres, 1772-1777.

Livro de Óbitos de Livres, 1779-1782 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Livres, 1842-1862 (contém testamentos)

Campos dos Goytacazes

⁴⁶ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 360-362.

⁴⁷ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 126.

⁴⁸ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 540-543.

⁴⁹ IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965, p. 61-66.

Goytacaz, sendo Pedro Guedes Alcoforado, significaria “o homem ágil”, afirmando que a tribo Goytacá, que habitou o litoral de Campos a Macaé, seria formada por exímios nadadores, que pescavam com lanças de madeira.⁵⁰

O Município de Campos dos Goytacazes, criado em 1677, tem origem na Capitania de São Tomé ou de Paraíba do Sul, sendo sua Câmara Municipal instalada em 29 de maio de 1677. Apesar de permanecer, administrativamente, sob a jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, esteve subordinado à Ouvidoria do Espírito de Santo de 1753 até 1832. A Vila de São Salvador dos Campos recebeu foros de cidade em 1835.⁵¹

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal descrevia São Salvador de Campos como uma vila grande, populosa e florescente, que contava com uma Igreja Matriz, uma Santa Casa de Misericórdia, três ermidas dedicadas a Nossa Senhora (do Rosário, da Boa Morte e da Lapa) e duas Ordens Terceiras, a de São Francisco e a do Carmo, um hospital e professores régios de primeiras letras e latim. Sua economia era baseada na produção de açúcar.⁵²

Em 1880, o Município de Campos compreendia as freguesias de São Salvador, de Santo Antônio dos Guarulhos, de São Sebastião do Varre-Sai, de São Gonçalo, de Santa Rita da Lagoa de Cima, de Nossa Senhora da Natividade do Carangola, de Nossa Senhora das Dores de Macabu, de Nossa Senhora da Penha do Morro do Coco, de São Benedito da Lagoa de Cima e do Senhor Bom Jesus de Itabapoana com uma população formada por 56.212 habitantes livres e 37.768 escravizados matriculados até 1877.⁵³

Em fins do século XIX, o município era formado por São Salvador de Campos dos Goytacazes (1.º e 2.º distrito), São Gonçalo (3.º distrito), Mussurepé (4.º distrito), Mineiros (5.º distrito), São Sebastião (6.º distrito), Guarulhos (7.º distrito), Travessão (8.º distrito), Santo Antônio das Cachoeiras (9.º distrito), São Benedito (10.º distrito), Santa Rita (11.º distrito), Dores de Macabu (12.º distrito), Vila Nova (13.º distrito), Morro do Coco (14.º distrito) e Limeira (15.º distrito).⁵⁴

Em 1929, Escragnolle Dória comentou que a economia campista, onde se destacava a produção açucareira, contava, ainda, com engenhos de beneficiamento de arroz, fundições, oficinas, depósitos de cal, destilarias,

⁵⁰ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 93.

⁵¹ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 24-25.

⁵² CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 51-52.

⁵³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 81-87.

⁵⁴ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 293-300.

fábricas de goiabada, de gelo, de doces.⁵⁵

Paróquia de São Salvador de Campos dos Goytacazes (1674)

Nas terras de Salvador Correa de Sá e Benevides, em 1652, construiu-se uma capela sob a invocação de São Salvador, posta sob a administração dos beneditinos. Esta capela está nas origens da paróquia, criada em 1674. Uma nova Matriz de São Salvador foi construída entre 1678 e 1722, custeada pelos próprios moradores. A Igreja Matriz de São Salvador de Campos dos Goytacazes foi reparada, em 1862, pelo Visconde de Araruama, como o auxílio de outros abastados moradores.⁵⁶

Júlio Feydit comenta que a primeira Matriz de São Salvador era de tijolo cru e coberta por palha e que foi a visita pastoral de Dom José de Barros Alarcão, Bispo do Rio de Janeiro, que motivou o Visconde de Asseca a montar uma olaria e forno para produzir as telhas para a nova Matriz, mas o empreendimento foi incendiado, em 1692. Os ofícios religiosos eram realizados na antiga Matriz, onde depois se ergueu a Igreja de São Francisco da Penitência. A segunda Matriz foi erguida, em 1745, contígua a Capela dos Passos, na Praça de São Salvador. A Matriz de Campos passou por duas reformas, em 1824 e 1861. Finalmente, em 1879, as duas torres foram niveladas, passando a ter a mesma altura.⁵⁷

No início do século XIX, no território da paróquia havia a Capela da Irmandade dos Terceiros de São Francisco; a Capela da Irmandade dos Terceiros do Carmo; a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens; a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte dos Pardos; a Capela de Nossa Senhora da Lapa; a Capela Nossa Senhora da Conceição e São Lourenço; a Capela de Nossa Senhora Mãe de Deus; a Capela de Nossa Senhora do Rosário e Santa Rita do Saco; a Capela de Sant'Anna; a Capela de Santa Rita do Sertão da Lagoa de Cima. Havia também o Curato de São Fidélis, criado 1812, cuja origem remontava ao aldeamento dos índios coroados.⁵⁸

⁵⁵ DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 36-44.

⁵⁶ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 464-465

⁵⁷ FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes sede os tempos coloniais até a proclamação da República*. Campos dos Goytacazes: Tipografia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900, p. 63-68; 327-328.

⁵⁸ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei*

Registros Paroquiais de São Salvador de Campos dos Goytacazes:

Livro de Batismos de Escravos, 1681-1689; Livro de Batismos de Livres, 1720-1867.

Provisão para Casamentos, 1850.

Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1770.

Paróquia de São Gonçalo dos Campos dos Goytacazes (1795)

A Capela de São Gonçalo foi elevada a categoria de curada, em 1722. A paróquia foi criada pelo Alvará Régio de 11 de outubro de 1795, com território desmembrado da Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. Em 1811, seu território ficou reduzido com a criação da Freguesia de São Sebastião. A paróquia contava, inicialmente, com as capelas de Nossa Senhora da Conceição e Santo Ignácio, na antiga fazenda dos jesuítas; de Nossa Senhora do Rosário, na fazenda do Visconde de Asseca; a de Nossa Senhora do Rosário, erguida por uma irmandade negra; e a de Santo Amaro, na fazenda dos beneditinos.⁵⁹

Na segunda metade do século XIX, a paróquia passou a contar com uma nova Igreja Matriz, benta em 1875,⁶⁰ e um maior número de capelas filiais: São Benedito; Santo Amaro; Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora do Carmo; Nossa Senhora da Conceição, em Campo Limpo; Nossa Senhora da Conceição, na Vermelha; Nossa Senhora da Conceição, na Fazenda Velha; e Santo Ignácio, na antiga fazenda dos Jesuítas.⁶¹

Registros Paroquiais de São Gonçalo dos Campos dos Goytacazes:

Livro de Batismos de Escravos, 1750-1764; Livro de Batismos de Livres, 1755; Livro de Batismos de Livres, 1755-1756; Livro de Batismos de Escravos, 1758-1760; Livro de Batismos de Livres, 1764-1774; Livro de Batismos de Livres, 1774-1787.

Livro de Casamentos de Escravos e Livres da Capela de São Gonçalo, 1743-1754.

Livro de Casamentos de Livres, 1753-1758.

Nosso Senhor Dom João VI: volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 86-148.

⁵⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 5. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 127-129.

⁶⁰ FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes sede os tempos coloniais até a proclamação da República*. Campos dos Goytacazes: Tipografia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900, p. 493.

⁶¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 83

Cantagalo

O nome Cantagalo está associado ao arraial que surgiu da extração ilegal de ouro na região das Minas Novas, no sertão da Vila de Santo Antônio de Sá, e que foi descoberto, em 1786, quando os soldados mineiros, sob o comando do Sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, do Regimento de Dragões de Vila Rica, ouviram o cantar de um galo, que denunciou a localização dos contrabandistas.⁶²

O Município de Cantagalo tem sua origem na Freguesia das Minas Novas de Cantagalo, criada em 1806. A Vila de São Pedro de Cantagalo foi criada pelo Alvará Régio de 9 de março de 1814. A Lei Provincial n.º 963, de 2 de outubro de 1857, concedeu a Cantagalo foros de cidade.⁶³

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava os habitantes de Cantagalo preferiam a agricultura à mineração, produzindo farinha e açúcar, criando gado e porcos e cultivando milho, arroz e feijão.⁶⁴

Em 1880, o Município de Cantagalo compreendia as freguesias do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Santa Rita do Rio Negro e de Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras do Rio Negro, com uma população formada por 12.648 habitantes livres e 23.679 escravizados matriculados até 1877. Cantagalo contava com a Irmandade do Santíssimo Sacramento; duas lojas maçônicas (que mantinham a Biblioteca Pública e a Casa de Caridade); um Juízo de Direito; um Juízo Municipal e de Órfãos; uma Agência Consular de Portugal; uma Delegacia de Polícia, uma Coletoria de Rendas e uma Agência dos Correios.⁶⁵

Em fins do século XIX, o município era formado por Cantagalo (1.º distrito); Santa Rita da Floresta (2.º distrito, criado em 1890); Cordeiro (3.º distrito, criado em 1890, emancipado em 1891 e reintegrado a Cantagalo em 1892); Macuco (4.º distrito, criado em 1890, emancipado em 1891 e reintegrado a Cantagalo em 1892); Santa Rita do Rio Negro (5.º distrito); São Sebastião do Paraíba (6.º distrito).⁶⁶

Em 1929, Escragnolle Dória descreve a economia cantagalense baseada no cultivo de café, cereais e fumo e na produção de laticínios, merecendo destaque a produção de manteiga.⁶⁷

⁶² ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Gráfica Erthal, 1992, p. 51-56.

⁶³ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 35.

⁶⁴ CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira: volume 2*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 54-55.

⁶⁵ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 87-102.

⁶⁶ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 300-302.

⁶⁷ DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 46.

O Distrito de Santa Rita do Rio Negro, criado em 1842 e confirmado em 1891, teve seu nome alterado pelo Decreto Estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, passando a ser chamado apenas de Rio Negro. Por força do Decreto-Lei n.º 1.055, de 31 de dezembro de 1943, o distrito foi rebatizado como Euclidelândia.⁶⁸

Paróquia de Santa Rita do Rio Negro (1842)

Tem sua origem na capela construída pelo Padre Thomaz Fernandes de Aquino Quintão, que passou a ser curada, por força da Lei Provincial n.º 68, de 23 de dezembro de 1836. A Paróquia de Santa Rita do Rio Negro foi criada pela Lei Provincial n.º 272, de 9 de maio de 1842.⁶⁹

Acácio Ferreira Dias comenta que a nova Igreja Matriz de Santa Rita do Rio Negro foi mandada construir pelo Comendador Joaquim Pires Veloso, sendo benta pelo Padre José Calvosa, em 1883.⁷⁰

Registros Paroquiais de Santa Rita do Rio Negro:

Livro de Batismos de Escravos, Forros e Livres, 1843-1890.

Guapimirim

Pedro Guedes Alcoforado afirma que “Guapi” seria uma corruptela de “Guatupi”, significando uma “nascente do rio”, donde viriam Guapi-mirim e Guapi-açú.⁷¹

O Município de Guapimirim tem sua origem na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, criada em 1755, que pertenceu aos municípios de Santo Antônio de Sá (1755-1789) e de Magé (1789-1990). Sua emancipação ocorreu em 1990, sendo instalado em 1.º de janeiro de 1993.⁷²

⁶⁸ IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965, p. 100.

⁶⁹ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 476-477.

⁷⁰ DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*: subsídios para a história do Município de Cantagalo. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978, p. 289-290.

⁷¹ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 98.

⁷² ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses*: Histórico e Memória. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 39.

Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (1755)

A Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim teve sua origem em uma pequena capela, construída na Fazenda Sernambetiba, pelos irmãos Pedro e Estevão Gago. A devoção foi transferida para outra capela, construída pelo Padre Antônio Vaz Tavares, em 1713. Finalmente, em 1753, concluiu-se a construção de uma nova capela, em terras doadas por Antônio Barreto Pacheco. Pelo Alvará de 15 de janeiro de 1755, foi criada a freguesia. Pela Lei Provincial n.º 1.309, de 29 de dezembro de 1865, foi oficializada a transferência da sede paroquial para a Capela de Sant'Anna do Bananal, às margens da Estrada de Magé a Sapucaia.⁷³

No início do século XIX, a paróquia contava com apenas três capelas, nas proximidades da Baía de Guanabara: a de Sant'Ana, construída por Gaspar da Silva Borges, por volta de 1730, no Calundu; a de Nossa Senhora da Cabeça, nas terras da Fazenda Magepe-mirim; e a de Nossa Senhora da Conceição, construída por Antonio de Amorim Lima, em sua Fazenda dos Amorins, com provisão passada em 1731.⁷⁴

Edson Ribeiro comenta que a Capela de Sant'Anna do Bananal, construída pelo Coronel Policarpo José Álvares de Azevedo, com provisão passada em 1851, serviu como Matriz provisória até o início do século XX, quando a imagem de Nossa Senhora da Ajuda foi transferida para a Capela de São Jorge, próxima da Estação Ferroviária de Guapimirim.⁷⁵

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim:

Livro de Casamentos de Escravos, 1749-1762.

Livro de Óbitos de escravos, 1744; Livro de Óbitos de livres, 1749-1773 (contém testamentos)

Livro de Óbitos de Escravos, 1859-1862 (Capela de Sant'Anna do Bananal)

⁷³ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve notícia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 502-503.

⁷⁴ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 236-240.

⁷⁵ RIBEIRO, Edson. *A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Soberbo e o ano que não foi*: contribuições à história de Guapimirim. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2012, p. 34-35.

Iguaba Grande

Para Pedro Guedes Alcoforado, Iguaba significa “baía, enseada ou porto”, o que seria uma referência a enseada às margens da Lagoa de Araruama.⁷⁶

O Município de Iguaba Grande tem sua origem no Distrito de Iguaba Grande, criado pela Lei Estadual n.º 2161, de 8 de junho de 1954, em São Pedro da Aldeia.⁷⁷ Sua emancipação ocorreu em 8 de junho de 1995,⁷⁸ sendo instalado em 1.º de janeiro de 1997.⁷⁹

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Iguaba (1966)

A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi criada, em 6 de novembro de 1966, por iniciativa de Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, Arcebispo de Niterói, sendo o padre espanhol Pedro Jové Casas empossado como primeiro pároco. Para servir de Igreja Matriz optou-se pela capela que já era assistida pelos párocos de São Pedro da Aldeia e de Araruama.⁸⁰

Segundo Cortines Laxe, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, no Porto de Iguaba, na Lagoa de Araruama, foi construída pelo Padre Francisco Borges, com provisão de 3 de junho de 1761, e reconstruída por Bento José Martins.⁸¹

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Conceição de Iguaba:

Livro de Batismos, 1989-1995.

Livro de Casamentos, 1988-1999.

Itaboraí

Pedro Guedes Alcoforado traduz Itaboraí como “rio da pedra bonita” e Itambi como “pedra escarpada” ou “monte agudo”.⁸²

⁷⁶ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 102-103.

⁷⁷ IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965, p. 281

⁷⁸ O Fluminense, Niterói (RJ), 9 de junho de 1995, p. 3.

⁷⁹ O Fluminense, Niterói (RJ), 2 de janeiro de 1997, p. 4.

⁸⁰ O Fluminense, Niterói (RJ), 8 de novembro de 1966, p. 6.

⁸¹ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apênsos, contendo o último uma breve notícia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 437-438.

⁸² ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do

O Município de Itaboraí tem sua origem na Freguesia de São João Batista de Itaboraí, criada, em 1696, na Vila de Santo Antônio de Sá. Sua emancipação ocorreu em 1833, sendo a Vila de Itaboraí instalada em 22 de maio de 1833. Em 1835, concorreu com Niterói e Campos dos Goytacazes na escolha da sede da Província do Rio de Janeiro. Elevada a categoria de cidade, em 1890.⁸³

Em 1880, o Município de Itaboraí abrangia as freguesias de São João Batista de Itaboraí, de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas e de Santo Antônio de Sá, com uma população formada por 18.274 habitantes livres e 7.221 escravizados matriculados.⁸⁴

No fim do século XIX, o município, que era composto por Itaboraí (1.º distrito), incluindo os povoados de Venda das Pedras, Cabuçu, Itapocorá, Cassoritiba, Pilões, Pachecos, Calundu, Duques, Tanguá, Ipitangas e Posse dos Coutinhos; Porto das Caixas (2.º distrito), com as povoações de Matupira, Serra Redonda e Lobos; Itambi (3.º distrito), compreendendo os povoados de Vila Velha (antiga Aldeia de São Barnabé e sede da Vila de São José d'El Rey, extinta em 1834) e Guaxindiba; Santo Antônio de Sá (4.º distrito), antiga sede da Vila de Santo Antônio de Sá, fazendo parte do distrito o povoado de Sambaetiba.⁸⁵

Em 1929, Escragnolle Dória descreveu a economia itaboraiense baseada na fabricação de açúcar e aguardente, em estâncias de lenha e de carvão, na produção de charque, no cultivo do café, da mandioca, do milho e do algodão, além do plantio de laranjas, abacaxis, caju e mangas.⁸⁶

Paróquia de São João Batista de Itaboraí (1696)

A Paróquia de São João Batista de Itaboraí tem sua origem em uma pequena capela, erguida na fazenda de João Correa da Silva, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e subordinada a Freguesia de Santo Antônio de Sá. Em um dado momento, a devoção foi transferida para a Capela de São João Batista, construída por João Vaz Pereira. Por Alvará Régio de 18 de janeiro de 1696, foi criada a Freguesia de São João Batista de Itaboraí, onde havia, no final do século XIX, apenas uma capela filial, dedicada ao Senhor do Bonfim.⁸⁷

Autor, 1950, p. 110 e 114.

⁸³ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 41.

⁸⁴ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 122-123.

⁸⁵ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 310-312.

⁸⁶ DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 56-57.

⁸⁷ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica,

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que a economia do povoado de Itaboraí era baseada na produção de farinha e de açúcar e no plantio de feijão, arroz, milho e café.⁸⁸

Monsenhor Pizarro registra que a paróquia contava, no início do século XIX, com as capelas filiais de Nossa Senhora da Piedade, levantada por Gonçalo do Couto, no sítio do Pico, por volta de 1715; de Nossa Senhora do Desterro, no sítio do Pacheco, cuja antiguidade remontaria a 1718; a de Nossa Senhora do Pilar, levantada no engenho novo da fazenda de Pedro Freire Ribeiro; a de Nossa Senhora da Soledade, no sítio Tapeacorá; a de Nossa Senhora da Conceição, erguida no Porto das Caixas, por volta de 1718 e reconstruída em 1747; a de Nossa Senhora da Conceição, no sítio dos Lobos, ou do Macaco, com provisão de 1733.⁸⁹

Registros Paroquiais de São João Batista de Itaboraí:

Livro de Batismos, 1680–1702; Livro de Batismos de Escravos, Forros e Livres, 1729-1739; Livro de Batismos de Escravos, 1739-1751; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1741–1747; Livro de Batismos de Livres, 1741-1756; Livro de Batismos de Escravos, 1749; Livro de Batismos de Escravos, 1755-1763; Livro de Batismos, 1770-1773; Livro de Batismos, 1821-1828; Livro de Batismos de Escravos, 1828-1836; Livro de Batismos de Livres, 1829-1842; Livro de Batismos de Livres, 1835-1849; Livro de Batismos, 1837- 1875; Livro de Batismos, 1845-1854; Livro de Batismos, 1850-1856; Livro de Batismos, 1860-1888; Livro de Batismos, 1861-1867; Livro de Batismos de Livres, 1868-1875; Livro de Batismos, 1871-1886 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1873-1885; Livro de Batismos, 1895-1897; Livro de Batismos, 1897-1900; Livro de Batismos, 1900-1903; Livro de Batismos, 1903-1906; Livro de Batismos, 1906-1910; Livro de Batismos, 1913-1916; Livro de Batismos, 1916-1918; Livro de Batismos, 1918-1921; Livro de Batismos, 1921-1923; Livro de Batismos, 1923-1925; Livro de Batismos, 1925-1928; Livro de Batismos, 1928-1930; Livro de Batismos, 1930-1933; Livro de Batismos, 1933-1936; Livro de Batismos, 1936-1938; Livro de Batismos, 1938-1940; Livro de Batismos, 1940-1942; Livro de Batismos, 1942-1944; Livro de Batismos, 1944-1945; Livro de Batismos, 1945-1947; Livro de Batismos, 1947-1949; Livro de Batismos, 1949-1950; Livro de Batismos, 1998-2008.

e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 489-490.

⁸⁸ CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 32.

⁸⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das provincias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 199-209.

Livro de Casamentos de Escravos e Livres, 1684-1729; Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1730-1747; Livro de Casamentos de Escravos, 1740-1770; Livro de Casamentos, 1860-1882; Livro de Casamentos, 1876-1894; Livro de Casamentos, 1913-1931; Livro de Casamentos, 1931-1941; Livro de Casamentos, 1941-1951.

Livro de Óbitos de Livres, 1743-1761 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1743-1798; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1827-1836 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1835-1843; Livro de Óbitos de Livres, 1860-1871; Livro de Óbitos de Escravos, 1860-1888; Livro de Óbitos, 1871-1895; Livro de Óbitos, 1872-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Óbitos de Livres e Forros, 1885-1987; Livro de Óbitos, 1911-1930; Livro de Óbitos - Capela Funerária, 1987-2004.

Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi (1737)

A Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi foi criada em 1737, servindo, inicialmente, como templo, uma pequena capela perto do Rio Macacu e depois a Capela de Nossa Senhora do Desterro, construída por Gonçalo Teixeira, em sua fazenda. No início do século XIX, a paróquia se limitava com as de Santo Antônio de Sá, de São João Batista de Itaboraá e de São Gonçalo. Encravada em seu território se conservava a Paróquia de São Barnabé da Aldeia dos Índios. Tinha por capelas filiais apenas duas, a de Nossa Senhora da Conceição, fundada na margem do Rio Macacu, por Estevão Manoel Tourinho e reedificada em 1635 e 1772; e a de Nossa Senhora do Carmo, construída por Domingos Luiz Louzada, sob a invocação original de Sant'Anna.⁹⁰

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que, em Itambi, seus habitantes cultivavam mandioca, legumes e milho. Em seu território ficava o arraial de Porto das Caixas, entreposto das produções das freguesias vizinhas, onde se embarcava mais açúcar do que em todos os outros portos do recôncavo.⁹¹

A Freguesia de São Barnabé, criada em 1759, no local da antiga Aldeia de São Barnabé, fundada pelos jesuítas, antes de 1584, foi rebaixada à categoria de curato, em 1833. A Lei Provincial n.º 188, de 4 de maio de 1840, extinguiu a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi e elevou o Curato de São Barnabé a categoria de freguesia sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro.⁹²

⁹⁰ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 107-112.

⁹¹ CASAL, Aires de. *Corografia Brasilica*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 33.

⁹² LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro*

Pertenciam ao seu território os povoados de Vila Velha e de Guaxindiba, este atendido, desde 1873, pela Estrada de Ferro Cantagalo.⁹³

Registros Paroquiais de Nossa Senhora do Desterro de Itambi:

Livro de Batismos de livres, 1675-1701; Livro de Batismos de escravos, forros e livres, 1703-1724; Livro de Batismos de escravos, 1736.

Livro de Óbitos e Batismos de Escravos, 1719-1767.

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas (1856)

O povoado de Porto das Caixas, na Vila de Santo Antônio de Sá, surgiu por volta de 1715. Por provisão de 11 de junho de 1718, se construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. A capela manteve sua natureza de curada até que a Lei Provincial n.º 911, de 30 de outubro de 1856, criou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas.⁹⁴ Pertenciam ao seu território os povoados de Matupira, Serra Redonda e Lobos. A Estação Ferroviária de Porto das Caixas foi inaugurada em 1860.⁹⁵

Em 26 de janeiro de 1968, ocorreu o fenômeno do sangue que gotejava das chagas da imagem do Cristo Crucificado, proveniente do antigo Convento de São Boaventura, o que levou a grande romaria até a Paróquia de Porto das Caixas. Em 1977, os padres passionistas assumiram a administração paroquial, dando início a construção do Santuário de Jesus Crucificado, em 1981.⁹⁶

de 1828: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 492-493.

⁹³ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 312.

⁹⁴ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 491-492.

⁹⁵ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 311.

⁹⁶ DALL'ALBA, Padre Jairo. *O Santuário de Jesus Crucificado: das ruínas ao novo Santuário*. Itaboraí: Publicações Passionistas, 1981, p. 20-28

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas:

Livro de Batismos de Livres, 1846-1853; Livro de Batismos de Escravos e livres, 1853-1858; Livro de Batismos de Livres, 1861-1868; Livro de Batismos, 1871-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1988-1991; Livro de Batismos, 1991-1998.

Livro de Casamentos de Livres, 1846-1868; Livro de Casamentos, 1899-1940 (contém assentos de Itambi); Livro de casamentos, 1895-1913.

Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1846-1854; Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1854-1856; Livro de Óbitos de Livres, 1860-1880; Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1860-1902.

Paróquia de São Pedro Apóstolo (1970)

A Paróquia de N.^a S.^a da Conceição de Porto das Caixas comemorou, em 1921, a inauguração da Capela de São Pedro, em Venda das Pedras, construída com recursos angariados pela comissão formada por Pedro Antônio Novaes, César Xará, Lauro Ribeiro, Joaquim José Macedo, dentre outros. A missa de inauguração contou com sermão proferido pelo Cônego Olímpio de Castro, da Academia Fluminense de Letras, ficando a parte musical a cargo da banda da Sociedade Musical Santa Cecília de Porto das Caixas.⁹⁷ A paróquia foi criada em 4 de janeiro de 1970, por decisão de Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, Arcebispo de Niterói.⁹⁸

Registros Paroquiais de São Pedro Apóstolo:

Livro de Batismos, 1999-2003.

Magé

Para Pedro Guedes Alcoforado, Magé seria uma corruptela de “Magebe”, a residência do pajé, do morubixaba, do chefe, do feiticeiro. Na geografia municipal encontramos, ainda, Inhomirim (caminho estreito ou vereda), Pacobaíba (banana que não presta) e Suruí (rio de moluscos ou conchas).⁹⁹

Ocorre que a origem do nome Magé tem outra explicação: em 1789, ao criar

⁹⁷ O Fluminense, Niterói (RJ), 5 de julho de 1921, p. 1.

⁹⁸ ARQUIDIOCESE DE NITERÓI. *Anuário Arquidiocesano 2022: 130 anos construindo o Reino (1892-2022)*. Niterói: Arquidiocese de Niterói, 2022, p. 34.

⁹⁹ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 108, 138, 162 e 166.

o município, atendendo ao pedido apresentado pelos moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, o Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza houve por bem modificar o nome de Magepe para Magé. Para compor o novo município foram desmembrados da Cidade do Rio de Janeiro os distritos de Magé (incluindo o arquipélago de Paquetá), Suruí, Guia de Pacobaíba e Inhomirim, e da Vila de Santo Antônio de Sá, o distrito de Guapimirim.¹⁰⁰

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal afirmava que o distrito de Magé era ornado com uma “magnífica igreja paroquial” e rico em pescado, tinha uma ponte de madeira sobre o rio que lhe banhava (o atual Canal de Magé) e barcos de considerável carga que movimentavam seu porto, exportando grande quantidade de farinha, milho, feijão, algum açúcar e pouco café.¹⁰¹

Em 1880, o Município de Magé compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Magé, de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, de São Nicolau de Suruí e de Santo Antônio do Paquequer (atual Teresópolis), com uma população formada por 11.319 habitantes livres e 8.714 escravizados matriculados até 1877. Magé contava com um Juízo de Direito, um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Coletoria de Rendas, uma Delegacia de Polícia, uma Agência dos Correios, uma Casa de Caridade, uma Agência Consular de Portugal, sem esquecer o Gabinete Mageense de Leitura e a Sociedade de Música Recreio Mageense.¹⁰²

Em fins do século XIX, o município contava com três linhas férreas (a do Norte, a do Príncipe do Grão Pará e a da Teresópolis) e serviço regular de barcas partindo dos portos de Mauá e de Piedade para o Rio de Janeiro. Era composto por Magé (1.º distrito), onde se destacavam a Igreja Matriz, a Capela do Bonfim, a Casa de Caridade e o Paço Municipal, compreendendo os povoados de Sudré, Piedade, Jororó e Iriri; Santo Aleixo (2.º distrito, criado em 1892), onde estava instalada a Fábrica de Tecidos Santo Aleixo; Guapimirim (3.º distrito), onde se extraía madeira dos manguezais para ser vendida como lenha no Rio de Janeiro; Suruí (4.º distrito), onde se produzia a famosa farinha de mandioca; Guia de Pacobaíba (5.º distrito), onde começavam os trilhos da Estrada de Ferro Mauá, a primeira ferrovia construída no país; Inhomirim (6.º distrito), antiga sede da Vila de Estrela (1846-1892), abrangendo os povoados de Estrela, Inhomirim, Raiz da Serra (onde estavam instaladas a Fábrica de Tecidos de Pau Grande e a Fábrica de Pólvora da Estrela) e Meio da Serra.¹⁰³

¹⁰⁰ SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 48-50.

¹⁰¹ CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 34.

¹⁰² Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 153-161.

¹⁰³ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 326-

Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba (1755)

Por volta de 1647, foi erguida a Capela de Santa Margarida, responsável pelo início do povoado de Pacobaíba. Pelo Alvará Régio de 14 de dezembro de 1755, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé.¹⁰⁴ Pertenceu aos municípios do Rio de Janeiro (1755-1789), de Magé (1789-1846), de Estrela (1846-1892) e, novamente, de Magé (desde 1892).¹⁰⁵

Em 1880, além da Igreja Matriz, havia três capelas: Nossa Senhora dos Remédios, São Francisco do Croará e São Lourenço da Batalha. Em Guia de Pacobaíba funcionava a Sociedade de Música Recreio da Guia; o Depósito de Pólvora, no Calundu; a Colônia Orfanológica, em Carai; e a Companhia Mauá, com barcas diárias, que a ligavam à Corte, e a linha férrea da Praia de Mauá até Raiz da Serra, em Inhomirim.¹⁰⁶

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba:

Livro de Casamentos de Forros e Escravos (1748-1810).

Maricá

Pedro Guedes Alcoforado esclarece que a palavra Maricá é uma referência a um espinho que agarra por ser curvo, em forma de anzol.¹⁰⁷

O Município de Maricá tem sua origem na Freguesia de Nossa Senhora de Nossa Senhora do Amparo, na Vila de Santo Antônio de Sá. Sua emancipação ocorreu em 1814, com o nome de Vila de Santa Maria de Maricá, recebendo foros de cidade, em 1889. Em 1819, o município foi extinto e seu território anexado ao da Vila Real da Praia Grande (atual Niterói) até 1833, quando foi reinstalado.¹⁰⁸

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que a Vila de Santa Maria de Maricá era ainda pequena, mas contava com “o melhor templo da província”,

¹⁰⁴ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve notícia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 486.

¹⁰⁵ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 329.

¹⁰⁶ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 112-114.

¹⁰⁷ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 142.

¹⁰⁸ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 59.

depois dos existentes na Cidade do Rio de Janeiro. Seus habitantes dedicavam-se à pesca, à produção de açúcar e farinha e ao cultivo de feijão, milho e algum café.¹⁰⁹

Em 1880, o Município de Maricá compreendia apenas a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Maricá, com uma população formada por 10.601 habitantes livres e 6.034 escravizados matriculados até 1877. Maricá contava com um Juízo de Direito, um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Delegacia de Polícia, uma Coletoria de Rendas, uma Agência dos Correios, duas irmandades religiosas, a de Nossa Senhora do Amparo e a do Santíssimo Sacramento, sem esquecer a Sociedade de Música Maricaense.¹¹⁰

Em fins do século XIX, o município era constituído por Maricá (1.º distrito) e Ubatiba (2.º distrito), abrangendo os povoados de Inhoã, Cassoritiba, São José de Imbassai, Pindobas, Ponta Negra, Caju, Espriado, Imbury, Ponta Grossa e Saúde. Era atendido pela Estrada de Ferro Maricá, que começava no Porto de Neves, em São Gonçalo.¹¹¹

Em 1929, Escragnolle Dória descreveu a economia do município baseada na fabricação de louças de barro, tijolos, esteiras, redes para pescaria e no cultivo de cana de açúcar, milho, mandioca, feijão, legumes e banana.¹¹²

Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Maricá (1755)

Pelo Alvará Régio de 11 de janeiro de 1755 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Maricá, tendo por sede uma antiga capela que já era curada antes de 1687, sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro e São José do Imbassai e subordinada a Paróquia de Santo Antonio de Sá. A paróquia de Maricá contava, no século XIX, com apenas duas capelas filiais, a de Nossa Senhora da Saúde, na Fazenda de Ubatiba, e a de São José do Imbassai.¹¹³

A pedra fundamental da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo foi

¹⁰⁹ CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 35.

¹¹⁰ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 164-167

¹¹¹ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 332-333.

¹¹² DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 76.

¹¹³ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o último uma breve notícia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 506-507.

lançada em 1788, sendo benta, em 1802, quando se trasladou a imagem da padroeira. Em 1896, ainda estava sendo construída, faltando o consistório e as torres.¹¹⁴

Registros Paroquiais de Nossa Senhora do Amparo de Maricá:

Livro de Batismos de escravos, forros, livres e índios, 1701-1715; Livro de Batismos de escravos e livres, 1715-1720; Livro de Batismos de livres, 1717; Livro de Batismos de livres, 1722-1744; Livro de Batismos de livres, 1772-1798; Livro de Batismos de livres, 1759-1763; Livro de Batismos de escravos, forros e livres, 1800 – 1816; Livro de Batismos de livres, 1814 – 1817; Livro de Batismos de escravos, forros e livres, 1835-1849; Livro de Batismos de escravos e livres, 1853-1861; Livro de Batismos, 1871-1880 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1872-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de livres, 1884-1890; Livro de Batismos de livres, 1887-1897 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1890-1895; Livro de Batismos, 1897-1898; Livro de Batismos, 1900-1903; Livro de Batismos, 1917-1919; Livro de Batismos, 1927-1930; Livro de Batismos, 1930-1932; Livro de Batismos, 1932-1935; Livro de Batismos, 1936-1938; Livro de Batismos, 1938-1939; Livro de Batismos, 1939-1941; Livro de Batismos, 1941-1943; Livro de Batismos, 1943-1945; Livro de Batismos, 1945-1946; Livro de Batismos, 1946-1948; Livro de Batismos, 1948-1950; Livro de Batismos, 1993-1995.

Livro de Casamentos e Óbitos de escravos e livres, 1684-1725 (contém testamentos); Livro de Casamentos e Óbitos de escravos e livres, 1741-1771 (contém testamentos); Livro de Casamentos de Livres, 1770-1837; Livro de Casamentos, 1796–1827; Livro de Casamentos, 1837-1865; Livro de Casamentos de livres, 1865-1888; Livro de Casamentos, 1892-1930; Livro de Casamentos, 1930-1936; Livro de Casamentos, 1936-1959.

Livro de Óbitos de Livres, 1706-1717 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1783-1809 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1840-1845; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1845-1846; Livro de Óbitos de Livres, 1851-1852; Livro de Óbitos de Escravos, 1852-1878; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1856-1884; Livro de Óbitos de Escravos, 1862; Livro de Óbitos, 1872-1875 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Óbitos, 1885-1916; Livro de Óbitos, 1936-1944.

¹¹⁴ LAMBRAKI, Alexandra (org.). *Compêndio de História de Maricá*. Rio de Janeiro: COP Editora, 2005, p. 128-132.

Niterói

Para Pedro Guedes Alcoforado, a palavra Niterói, apesar das mudanças na grafia, manteve seu sentido original “mar, baía ou água escondida, oculta”, referindo-se a própria Baía de Guanabara. Na geografia municipal temos, ainda, Icaraí (rio sagrado, rio do chefe branco ou rio dos acarás), Ingá (uma vagem grande, cuja polpa seria laxante), Itaipu (cachoeira ou pedra onde jorra água) e Jurujuba (que o autor considera intraduzível, mas que poderia significar “praia vermelha”, pelo tipo da areia encontrada).¹¹⁵

O Município de Niterói tem sua origem na Freguesia de São Domingos da Praia Grande, elevada a Vila Real da Praia Grande (1819) e depois a Imperial Cidade de Niterói (1841). Capital da Província do Rio de Janeiro (1835-1889) e do Estado do Rio de Janeiro (1889-1894 e 1903-1975).¹¹⁶

Em 1880, o Município de Niterói compreendia as freguesias de São João Batista de Icaraí, de São Lourenço, de São Sebastião de Itaipu, de São Gonçalo, de Nossa Senhora da Conceição da Vargem de Jurujuba e Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros, com uma população formada por 35.673 habitantes livres e 10.746 escravizados matriculados. Niterói contava com um Juízo de Direito, um Juizado Municipal e de Órfãos, Agências dos Correios, uma Coletoria de Rendas, uma Delegacia de Polícia, um Vice-Consulado de Portugal, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Niterói, o Asilo Santa Leopoldina, a Sociedade União Beneficente Niteroiense, a Sociedade Concórdia Beneficente 28 de Abril, o Clube Dramático Niteroiense, a Sociedade Filarmônica Niteroiense, a Sociedade Literária Assembleia dos Operários e o Instituto Pedagógico da Província do Rio de Janeiro.¹¹⁷

Em fins do século XIX, o município era formado por Niterói (1.º distrito), onde estavam localizadas as repartições públicas, quartéis, escolas, fundições, fábricas e associações literárias, beneficentes e recreativas; São Domingos (2.º distrito), onde se destacavam o Palacete do Largo de São Domingos (antiga sede da Presidência da Província), o Forte do Gragoatá, que resistiu a passagem dos navios na Revolta da Armada de 1893, a Ilha da Boa Viagem, a Capela de Nossa Senhora das Dores e o Jardim do Ingá; Santa Rosa (3.º distrito), que contava com o Colégio Salesiano, o Asilo Santa Leopoldina e as capelas de Santa Rosa e de Nossa Senhora do Rosário (atual Santuário das Almas); São Lourenço (4.º distrito); Barreto (5.º distrito); e Jurujuba (6.º distrito), onde havia o Hospital Marítimo de Santa Isabel, a Capela de São Francisco, a Fortaleza de Santa Cruz e

¹¹⁵ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 100, 107, 112-114, 151.

¹¹⁶ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 67-69.

¹¹⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 29-52.

seus fortes anexos.¹¹⁸

Catedral de São João Batista de Niterói (1696)

Em 1660, a pequena capela dedicada a São João Batista, entre as atuais ruas Paulo Gustavo e Gavião Peixoto, próxima ao campo da fazenda do Mosteiro de São Bento (o Campo de São Bento) e pouco distante da Praia de Icaraí, foi elevada a categoria de capela curada. O Curato de São João Batista de Icaraí foi transferido para a Capela de Nossa Senhora das Necessidades (atual Santuário das Almas), onde foi criada a Freguesia de São João Batista de Icaraí, por Alvará Régio de 18 de janeiro de 1696.¹¹⁹

No início do século XIX, a Paróquia de São João Batista de Icaraí contava com onze capelas filiais: Nossa Senhora da Conceição, construída, por volta de 1663, pelo devoto Antonio Correa de Pinna, conhecido como Pai Correa; São Domingos, levantada por Domingos de Araújo, por volta de 1652; Nossa Senhora da Boa Viagem; Nossa Senhora da Conceição, construída em uma ilha, por Manuel Rodrigues de Figueiredo, com provisão datada de 1711; Nossa Senhora da Conceição, levantada, em 1716, no Saco de Jurujuba, pelo Padre Manoel Rodrigues; São Francisco Xavier, erguida pelos jesuítas, antes de 1696, no Saco de Jurujuba; São Pedro, na Fazenda Maruí, pelos irmãos José Pereira Correa e Francisco Vitoriano Pereira, com provisão de 1751; Santa Rosa, erguida pelo Capitão Pedro Barreiros de Souza; Nossa Senhora da Conceição, em Pendotiba, no Sítio Rio das Pedras, levantada por José Fernandes de Souza, com provisão passada em 1787; Sant'Anna, fundada por João Martins de Brito, em sua fazenda, com provisão de 1732; Santo Ignácio, construída na Armação das Baleias.¹²⁰

A imagem de São João Batista foi transferida da Capela de Nossa Senhora das Necessidades para a Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde permaneceu de 1819 a 1831. A pedra fundamental da Igreja Matriz de São João Batista da Vila Real Praia Grande foi lançada em 1820, no Largo do Rossio (atual Jardim São João), por José Clemente Pereira, então Juiz de Fora da Vila Real da Praia Grande, Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Escrivão da Irmandade de

¹¹⁸ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 333-337.

¹¹⁹ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 509-510.

¹²⁰ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 179-189.

São João Batista. Enquanto a obra da Igreja Matriz não se concluíra, foi inaugurada, em 1831, uma capela provisória, na atual Rua Maestro Felício Toledo. A obra se arrastou até 1854, quando, finalmente, foi inaugurada a Igreja Matriz de São João Batista da Imperial Cidade de Niterói. Em 1908, a Igreja Matriz de São João Batista de Niterói foi elevada a dignidade de Catedral Diocesana, por iniciativa de Dom Agostinho Benassi, Bispo de Niterói.¹²¹

Em fins do século XIX, a Paróquia de São João Batista de Niterói contava com apenas duas capelas filiais, a de Nossa Senhora da Conceição (erguida em 1663) e a de Santo Ignácio, na Armação, construída sobre as ruínas de uma anterior, aberta ao culto em 1796.¹²²

Registros Paroquiais da Catedral de São João Batista de Niterói:

Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1660-1682; Livro de Batismos, Casamentos e Óbitos de Escravos e Livres, 1682-1701; Livro de Batismos de Livres, 1742-1789; Livro de Batismos de Escravos, 1744-1800; Livro de Batismos e Casamentos (1818-1868) de Escravos, Forros e Livres, 1789-1831 e 1818-1868; Livro de Batismos de Escravos, 1801-1828; Livro de Batismos de Forros e Livres, 1820-1854; Livro de Batismos de Escravos, 1828-1855; Livro de Batismos, 1854-1859; Livro de Batismos de Escravos, 1855-1867; Livro de Batismos de Forros e Livres, 1859-1863; Livro de Batismos de Forros e Livres, 1863-1867; Livro de Batismos de Escravos, 1867-1883; Livro de Batismos, 1867-1868; Livro de Batismos, 1868-1871; Livro de Batismos, 1871-1874; Livro de Batismos, 1871-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1874-1875; Livro de Batismos, 1875-1879; Livro de Batismos, 1879-1882; Livro de Batismos de Livres, 1882-1884 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1884-1886 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1886-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1887-1888; Livro de Batismos, 1888-1889; Livro de Batismos, 1889-1890; Livro de Batismos, 1890-1891; Livro de Batismos, 1891-1893; Livro de Batismos, 1893-1895; Livro de Batismos, 1895-1896; Livro de Batismos, 1896-1898; Livro de Batismos, 1898-1900; Livro de Batismos, 1900-1902; Livro de Batismos, 1902-1904; Livro de Batismos, 1904-1905; Livro de Batismos, 1905-1907; Livro de Batismos, 1907-1909; Livro de Batismos, 1909-1910; Livro de Batismos, 1910; Livro de Batismos, 1910-1911;

¹²¹ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói: resenha histórica*. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 40-41 e 55-56.

¹²² SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 335.

Livro de Batismos, 1911-1914; Livro de Batismos, 1914; Livro de Batismos, 1914-1915; Livro de Batismos, 1915-1916; Livro de Batismos, 1916-1917; Livro de Batismos, 1917-1918; Livro de Batismos, 1918; Livro de Batismos, 1918-1919; Livro de Batismos, 1919-1920; Livro de Batismos, 1920-1921; Livro de Batismos, 1921; Livro de Batismos, 1921-1922; Livro de Batismos, 1922; Livro de Batismos, 1922-1923; Livro de Batismos, 1923-1924; Livro de Batismos, 1924; Livro de Batismos, 1924; Livro de Batismos, 1924-1926; Livro de Batismos, 1926-1927; Livro de Batismos, 1926-1928; Livro de Batismos, 1928; Livro de Batismos, 1928-1929; Livro de Batismos, 1929-1930; Livro de Batismos, 1930-1931; Livro de Batismos, 1931-1932; Livro de Batismos, 1932-1934; Livro de Batismos, 1934-1936; Livro de Batismos, 1936-1937; Livro de Batismos, 1937-1938; Livro de Batismos, 1938-1939; Livro de Batismos, 1939-1940; Livro de Batismos, 1940-1941; Livro de Batismos, 1941-1942; Livro de Batismos, 1942-1943; Livro de Batismos, 1943-1944; Livro de Batismos, 1944; Livro de Batismos, 1944-1945; Livro de Batismos, 1945-1946; Livro de Batismos, 1946; Livro de Batismos, 1895-1896; Livro de Batismos, 1946-1947; Livro de Batismos, 1947-1948; Livro de Batismos, 1948; Livro de Batismos, 1948-1949; Livro de Batismos, 1949; Livro de Batismos, 1949-1950; Livro de Batismos, 1950; Livro de Batismos, 1950-1951; Livro de Batismos, 1951; Livro de Batismos, 1951-1952; Livro de Batismos, 1952; Livro de Batismos, 1952-1953; Livro de Batismos, 1953; Livro de Batismos, 1953-1954; Livro de Batismos, 1954; Livro de Batismos, 1954-1955; Livro de Batismos, 1955; Livro de Batismos, 1955-1956; Livro de Batismos, 1956; Livro de Batismos, 1956-1957; Livro de Batismos, 1957; Livro de Batismos, 1957-1958; Livro de Batismos, 1958; Livro de Batismos, 1958-1959; Livro de Batismos (1959).

Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1754-1795; Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1781-1827; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1829-1847; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1857-1872; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1872-1878; Livro de Casamentos de Livres, 1878-1884; Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1884-1886; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1886-1892; Livro de Casamentos, 1892-1899; Livro de Casamentos, 1889-1907; Livro de Casamentos, 1907-1911; Livro de Casamentos, 1911-1914; Livro de Casamentos, 1914-1918; Livro de Casamentos, 1918-1923; Livro de Casamentos, 1918-1929; Livro de Casamentos, 1929-1935; Livro de Casamentos, 1935-1941; Livro de Casamentos, 1941-1946; Livro de Casamentos, 1946-1949; Livro de Casamentos, 1949-1953; Livro de Casamentos, 1953-1965; Livro de Casamentos, 1950-1956; Livro de Casamentos, 1953-1957; Livro de Casamentos, 1953-1960; Livro de Casamentos, 1956-1961; Livro de Casamentos (1957-1959); Livro de Casamentos, 1959-1961; Livro de

Casamentos, 1961-1964; Livro de Casamentos, 1960-1965; Livro de Casamentos, 1961-1962; Livro de Casamentos, 1962-1963; Livro de Casamentos, 1963-1964; Livro de Casamentos, 1966-1973; Livro de Casamentos, 1964-1965; Livro de Casamentos, 1964-1965; Livro de Casamentos, 1965-1968; Livro de Casamentos, 1965-1967; Livro de Casamentos, 1966-1967; Livro de Casamentos, 1966-1974; Livro de Casamentos, 1967-1968; Livro de Casamentos, 1967; Livro de Casamentos, 1967-1968; Livro de Casamentos, 1968-1970; Livro de Casamentos, 1968-1969; Livro de Casamentos, 1969-1971; Livro de Casamentos, 1970-1972; Livro de Casamentos, 1971-1972; Livro de Casamentos, 1972-1973.

Livro de Óbitos de Forros e Livres e Casamentos de Escravos e Livres, 1727-1728 e 1734-1754; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1772-1787 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1776-1784; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1779-1794; Livro de Óbitos de Escravos, 1791-1846; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1795-1854; Livro de Óbitos de Escravos, (1846-1888); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1854-1862 (contém assentos de africanos livres depois da Lei Euzébio de Queiroz de 1850); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1862-1865; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1866-1872;

Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1872-1874; Livro de Óbitos, 1872-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1874-1881 (contém assentos de africanos livres depois da Lei Euzébio de Queiroz de 1850); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1885-1889; Livro de Óbitos, 1889-1894; Livro de Óbitos, 1894-1903; Livro de Óbitos, 1903-1910; Livro de Óbitos, 1910-1916; Livro de Óbitos (1932-1961), Livro de Óbitos, 1961-1967.

Paróquia de São Sebastião de Itaipu (1755)

Criada por Alvará de 12 de janeiro de 1755, na Capela de São Sebastião de Itaipu, erguida em 1716. Em seu território havia o Recolhimento de Santa Teresa, um convento de freiras, criado por Manuel da Rocha, em 1764.¹²³

Monsenhor Antônio Macedo comenta que a Paróquia de São Sebastião de Itaipu, em 1908, foi extinta, por falta de sacerdotes, e anexada primeiro a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jurujuba e depois a Paróquia de Santa Terezinha

¹²³ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 512.

do Menino Jesus de Rio d'Ouro.¹²⁴

Na Paróquia de São Sebastião de Itaipu havia a Capela de Nossa Senhora de Bonsucesso de Piratininga, antiga capela rural da fazenda do Capitão Luis Alberto Gago da Câmara, construída por volta de 1668, no caminho entre Piratininga e Itaipu.¹²⁵

No Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói, encontramos três livros de registro de sacramentos ministrados na Capela de Nossa Senhora de Bonsucesso de Piratininga: Livro de Batismos de Escravos e Livres; 1668-1733; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1679-1692; Livro de Batismos e Óbitos de Escravos, 1680-1726.

A Capela de Nossa Senhora de Bonsucesso de Piratininga pertence, desde 2008, a Paróquia de São José de Piratininga, no Cafubá, criada por Dom Alano Maria Pena, O. P., Arcebispo de Niterói, tendo, como primeiro pároco, o Padre João Luiz de Assumpção.¹²⁶

Registros Paroquiais de São Sebastião de Itaipu:

Livro de Batismos e Crisma de Escravos, Forros e Livres, 1711-1734; Livro de Batismos de Escravos, 1713-1730; Livro de Batismos de Escravos, 1731-1742; Livro de Batismos de Livres, 1745-1790; Livro de Batismos de Escravos, 1746-1786; Livro de Batismos e Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1769-1785 (contém testamentos); Livro de Batismos de Escravos, 1775-1782; Livro de Batismos de Livres, 1779-1781; Livro de Batismos de Escravos, 1786-1814; Livro de Batismos de Livres, 1792; Livro de Batismos de Escravos, Forros e Livres, 1792-1821; Livro de Batismos de Livres, 1854-1861; Livro de Batismos de Livres, 1869-1873; Livro de Batismos de Livres, 1872-1884; Livro de Batismos, 1872-1926 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1884-1889; Livro de Batismos, 1889-1908; Livro de Batismos, 1909-1932 (contém assentos referentes também a Igreja Matriz de São Francisco Xavier); Livro de Batismos, 1913-1919 (contem assentos referentes também a Capela Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba); Livro de Batismos, 1925-1926/1932-1936; Livro de Batismos, 1929-1932 (contem assentos referentes também a Capela de Nossa Senhora Auxiliadora); Livro de Batismos, 1940-1948.

Livro de Casamentos de escravos, 1743-1758; Livro de Casamentos de livres, 1759-1849; Livro de Casamentos de livres, 1850-1875; Livro de Casamentos de

¹²⁴ O Fluminense, Niterói (RJ), 9 a 10 de outubro de 1977, p. 23.

¹²⁵ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói: resenha histórica*. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 43.

¹²⁶ O Fluminense, Niterói (RJ), 19 de março de 2009, p. 3.

livres, 1876-1926/1940.

Livro de Óbitos de Escravos, 1733-1742; Livro de Óbitos de Escravos, 1742-1745; Livro de Óbitos de Livres, 1742-1751; Livro de Óbitos de Escravos, 1751-1780; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1754-1757 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1762-1766 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1776-1777; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1779-1781 (contém testamentos); Livro de Óbitos e Batismos de Livres, 1821-1852 e 1822-1854 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1870-1892.

Paróquia de São Lourenço (1758)

Em 1568, Arariboia obteve a sesmaria doada inicialmente a Antonio de Mariz e Isabel Velha, onde instalou sua aldeia. Nela, os jesuítas ergueram uma Capela de São Lourenço, por volta de 1627. Por Alvará de 2 de maio de 1758, foi criada a paróquia.¹²⁷

Em 1870, com a decadência da Igreja Matriz de São Lourenço dos Índios, a Província do Rio de Janeiro autorizou a construção de uma nova matriz, na Várzea de Sant'Anna, em terrenos do Brigadeiro João Nepomuceno Castrioto. Em 1873, o Padre Leandro José Rangel de São Paio benzou o local, em solenidade que contou com a presença do Presidente da Província Desembargador Manuel José de Freitas Travassos. Em 1892, foi criado Bispado de Niterói, com sede na Igreja de São Lourenço, porém, em razão da nova igreja ainda não estar pronta, foi instalado na Igreja de São João Batista. Em 1897 é transferido o Santíssimo Sacramento da antiga Igreja Matriz de São Lourenço dos Índios e inaugurada a nova Igreja Matriz de São Lourenço da Várzea, com missa co-celebrada pelo Padre Leandro São Paio e Dom Francisco do Rego Maia, Bispo de Niterói.¹²⁸

Registros Paroquiais de São Lourenço:

Livro de Batismos, 1994-1996; Livro de Batismos, 1998-2000; Livro de Batismos, 2000-2001.

¹²⁷ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 513-514.

¹²⁸ SANT'ANNA, Nilson Liguori. *Sínteses da história da Freguesia de São Lourenço*. Niterói: Nitpress, 2006, p. 40-41.

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba (1840)

Pela Lei Provincial n.º 208, de 23 de maio de 1840, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba, no arraial existente na fazenda dos jesuítas, no Saco de São Francisco. A Lei Provincial n.º 658, de 14 de outubro de 1853, mandou instalar a paróquia.¹²⁹

Monsenhor Antonio Macedo comenta que a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba somente foi instalada em 1863, com a posse do primeiro pároco, o Padre Celestino Otero, e que o governo provincial, em 1869, cogitou transferir a paróquia para a Capela de São Francisco Xavier. Para efetivar a medida desapropriou-se a capela e o terreno adjacente, para formar uma praça e o cemitério. Mesmo com a desapropriação da capela e de seu patrimônio, a sede paroquial continuou em Jurujuba. No início do século XX, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Várzea não teria sido extinta, mas sim transferida para São Francisco Xavier.¹³⁰

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba:

Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1861-1883; Livro de Batismos, 1872-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1883-1911; Livro de Batismos, 1911-1913; Livro de Batismos, 1919-1925.

Livro de Casamentos de Livres, Forros e Índios, 1861-1932.

Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1865-1877; Livro de Óbitos, 1872-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1877-1902; Livro de Óbitos, 1930-1938.

Livro de Crisma, 1931-1961 (contém assentos referentes a São Sebastião de Itaipu).

Paróquia de São Francisco Xavier (1913)

A Capela de São Francisco Xavier foi construída pelos jesuítas, por volta de 1696, e pertenceu a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de

¹²⁹ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 514.

¹³⁰ O Fluminense, Niterói (RJ), 18 e 19 de setembro de 1977, p. 9.

Jurujuba de 1840 até 1913. A partir de 1930, a Paróquia de São Francisco Xavier é administrada pelos padres orionitas.¹³¹

Cabe registrar que o primeiro pároco, Padre Sebastião Gastaldi, foi nomeado em 12 de agosto de 1913.¹³² Segundo Monsenhor Antônio Macedo, o Padre Gastaldi ficou à frente da Paróquia de São Francisco Xavier, que tinha por capelas filiais Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba e São Sebastião de Itaipu, até 1.º de abril de 1930, quando Dom José Pereira Alves, Bispo de Niterói, entregou a administração paroquial à Congregação dos Padres da Pequena Obra da Divina Providência, de Dom Luiz Orione, que visitou a paróquia, em 1937.¹³³

Registros Paroquiais de São Francisco Xavier:

Livro de Batismos (1925-1931); Livro de Batismos, 1931-1937 (contém assentos referentes às capelas de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba e Nossa Senhora Auxiliadora); Livro de Batismos, 1936-1942 (contém assentos referentes à capela de capela de Nossa Senhora da Conceição da Várzea de Jurujuba); Livro de Batismos, 1980-1995.

Livro de Casamentos, 1932-1952; Livro de Casamentos, 1952-1963; Livro de Casamentos, 1952-1967.

Livro de Crisma, 1961-1979.

Paróquia de Nossa Senhora das Dores do Ingá (1924)

A Capela de Nossa Senhora das Dores foi uma iniciativa da família Couto Ferraz. Sua pedra fundamental foi benta em 1853. O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Dores foi aprovado em 1855. A capela foi inaugurada em 14 de janeiro de 1855. No dia 15 de setembro de 1924, a paróquia foi criada, por decisão de Dom Agostinho Benassi, Bispo de Niterói, sendo empossado o primeiro pároco, Padre Conrado Jacarandá.¹³⁴

Registros Paroquiais de Nossa Senhora das Dores do Ingá:

Livro de Batismos, 1924-1925; Livro de Batismos, 1921-1927; Livro de Batismos, 1928-1930; Livro de Batismos, 1929-1930; Livro de Batismos, 1930-1937; Livro

¹³¹ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói*: resenha histórica. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 44-45.

¹³² O Fluminense, Niterói (RJ), 8 de janeiro de 1914, p. 2.

¹³³ O Fluminense, Niterói (RJ), 23 e 24 de outubro de 1977, p. 20.

¹³⁴ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói*: resenha histórica. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 57-58

de Batismos, 1930-1934; Livro de Batismos, 1934-1936; Livro de Batismos, 1936-1936; Livro de Batismos, 1938-1939; Livro de Batismos, 1939-1941; Livro de Batismos, 1941-1944.

Livro de Casamentos, 1925-1935; Livro de Casamentos, 1933-1940; Livro de Casamentos, 1940-1948; Livro de Casamentos, 1997-1999.

Livro de Crisma, 1935-1938; Livro de Crisma, 1937.

Paróquia de São Sebastião do Barreto (1928)

A pedra fundamental da capela foi lançada em 2 de agosto de 1908, benzida por Dom Agostinho Benassi, Bispo de Niterói. A capela foi inaugurada, em 20 de janeiro de 1909. Em 16 de setembro de 1928, foi instalada a Paróquia de São Sebastião do Barreto, sendo empossado o primeiro pároco, Padre João Quintela Raeder.¹³⁵

Registros Paroquiais de São Sebastião do Barreto:

Livro de Batismos, 1990-1992

Livro de Casamentos, 1993-1996; Livro de Casamentos, 1991-1993

Paróquia de Santo Cristo dos Milagres (1947)

A doação do terreno ocorreu em 1896, sendo a capela inaugurada, em 1900, quando foi entronizada a imagem do Santo Cristo. Em 11 de novembro de 1947, Dom José Pereira Alves, Bispo de Niterói, criou a paróquia, com sede na Capela de Santo Cristo dos Milagres. A posse do primeiro pároco, Padre Pedro André Boaventura, se deu em 1949. A pequena capela foi demolida e construída uma nova Igreja Matriz, cuja pedra fundamental foi benta em 4 de abril de 1951.¹³⁶

Monsenhor Antonio Macedo comenta que Dom José Pereira Alves, Bispo de Niterói, preocupado com a extensão e o crescimento da Paróquia de São Lourenço, criou a Paróquia do Coração Eucarístico de Jesus, com sede na Capela de Santo Cristo dos Milagres, em 1947, mas que a paróquia não chegou a ser instalada. Em 1949, o Padre André Boaventura foi nomeado como primeiro pároco, tendo Dom João da Mata, Bispo de Niterói, autorizado a mudança do nome da paróquia para

¹³⁵ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói: resenha histórica*. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 82-83.

¹³⁶ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói: resenha histórica*. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 69.

Santo Cristo dos Milagres. A partir de 6 de março de 1960, a paróquia passou a ser administrada pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.¹³⁷

Registros Paroquiais de Santo Cristo dos Milagres:

Livro de Batismos, 1985-2001.

Paróquia de Nossa Senhora do Sagrado Coração (1950)

Na atual Rua Álvares de Azevedo existiu a Capela de Nossa Senhora das Necessidades, que serviu de sede provisória para a Paróquia de São João Batista de Icaraí (1744-1832), demolida para dar lugar a Capela de Nossa Senhora do Rosário, elevada a sede da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário (1882).¹³⁸ A Paróquia de Nossa Senhora do Sagrado Coração foi criada em 1.º de janeiro de 1950, com sede na Igreja do Rosário, que depois foi demolida. Em 20 de março de 1966, foi transformada no Santuário das Almas.¹³⁹

Registros Paroquiais de Nossa Senhora do Sagrado Coração:

Livro de Casamentos, 1974-1976; Livro de Casamentos, 1976-1978 (Cópia Santuário das almas capela São Lucas e Abel)

Paróquia de São João Batista de Tenente Jardim (1961)

Em 29 de junho de 1930, foi inaugurada a primeira parte das obras da capela e entronizada a imagem de São João Batista. Em 24 de junho de 1961, foi criada a paróquia, sendo empossado o primeiro pároco, Padre Raimundo Frota Bezerra.¹⁴⁰

Registros Paroquiais de São João Batista de Tenente Jardim:

Livro de Batismos, 1990-1993; Livro de Batismos, 1996; Livro de Batismos, 1996-2000; Livro de Batismos, 2000-2007; Livro de Batismos, 2007-2012.

Paróquia da Porciúncula de Sant'Anna (1965).

¹³⁷ O Fluminense, Niterói (RJ), 6 e 7 de novembro de 1977, p. 18.

¹³⁸ FORTE, José Mattoso Maia. *Notas para a história de Niterói*. 2.ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973, p. 159.

¹³⁹ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói*: resenha histórica. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 108.

¹⁴⁰ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói*: resenha histórica. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 98-99.

Os monges de São Bento construíram uma pequena capela em sua fazenda, dedicada a Sant'Anna, por volta de 1881. Os franciscanos, que antes prestaram assistência na Igreja de São Lourenço e na Igreja de São Domingos, foram instalados na Capela de Sant'Anna, em 1946. A capela passou a ter duas padroeiras, Nossa Senhora dos Anjos (ou da Porciúncula, devoção franciscana associada ao surgimento da Ordem e lugar da morte de São Francisco, em Assis, na Itália) e Sant'Anna, por autorização de Dom João da Mata de Andrade e Amaral, Bispo de Niterói, em 1949. Daí o nome Porciúncula de Sant'Anna. Em 1.º de agosto de 1954, foi benta a pedra fundamental da nova Capela da Porciúncula de Sant'Anna. A paróquia foi criada em 1965.¹⁴¹

Registros Paroquiais de Porciúncula de Sant'Anna:

Livro de Casamentos, 1990-1992 (uma cópia do livro original)

Rio Bonito

O Município de Rio Bonito tem sua origem na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, cujo território pertenceu, inicialmente, à Vila de Santo Antônio de Sá até que, em 1833, foi desmembrado para formar o Município de Itaboraí. Rio Bonito foi elevado à categoria de vila, em 1846, e recebeu foros de cidade, em 1890. Em fins do século XIX, o município era formado por Rio Bonito (1.º distrito) e Boa Esperança (2.º distrito).¹⁴²

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na margem esquerda do pequeno Rio Bonito (um dos ramos do Rio Casserebu), vivam lavradores que se dedicavam ao cultivo de feijão, milho, arroz e a produção de farinha e açúcar.¹⁴³

Em 1880, o Município de Rio Bonito compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito e de Nossa Senhora da Boa Esperança, com uma população formada por 18.771 habitantes livres e 6.973 escravizados matriculados. Rio Bonito contava com uma ligação férrea com a Imperial Cidade de Niterói através da Companhia Ferro-Carril Fluminense, um Juízo de Direito, um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Coletoria de Rendas, uma Agência dos Correios, uma Delegacia de Polícia e uma Delegacia Consular de Portugal.¹⁴⁴

¹⁴¹ SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói: resenha histórica*. Niterói: Editora Comunità, 2006, p. 59.

¹⁴² SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 357-359.

¹⁴³ CASAL, Aires de. *Corografia Brasília: volume 2*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 33.

¹⁴⁴ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 210-216

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1799)

O Sargento-mor Gregório Pereira Pinto construiu em sua fazenda, com provisão dada em 1760, a Capela de Nossa Senhora Mãe de Deus, que passou a ser curada a partir de 1768. Coube ao Padre Marcelo de Macedo a construção de um novo templo, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, que se tornou sede paroquial, em 1799, confirmada por Alvará Régio datado de 10 de julho de 1800. Em 1816, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Rio Bonito conseguiu autorização para demolir a igreja e construir um novo templo, que passou a contar com uma capela privativa do Santíssimo Sacramento, um consistório, uma sacristia e um cemitério. No início do século XIX, a paróquia contava com apenas uma capela filial, dedicada a Sant'Anna, construída por Francisco Marinho Machado, entre 1782 e 1786.¹⁴⁵

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito:

Livro de Batismos de Livres, 1768–1789; Livro de Batismos de Escravos, 1768–1791; Livro de Batismos de Escravos, 1770–1771; Livro de Batismos de Escravos, 1809-1828; Livro de Batismo de Livres, 1815-1828; Livro de Batismos de Escravos, 1828-1842; Livro de Batismos, 1830-1839; Livro de Batismos, 1840-1844; Livro de Batismos de Livres, 1844-1855; Livro de Batismos de Escravos, 1843-1858; Livro de Batismos, 1855-1861; Livro de Batismos de Escravos, 1858-1872; Livro de Batismos, 1861-1866; Livro de Batismos, 1866-1868; Livro de Batismos de Livres, 1868-1873 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1871-1881 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1873-1875; Livro de Batismos de Livres, 1875-1880; Livro de Batismos, 1880-1882; Livro de Batismos, 1881-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1882-1885; Livro de Batismos, 1885-1888; Livro de Batismos, 1888-1890; Livro de Batismos, 1890-1893; Livro de Batismos, 1893-1895; Livro de Batismos, 1895-1896; Livro de Batismos, 1896-1898; Livro de Batismos, 1898-1900; Livro de Batismos, 1901-1905; Livro de Batismos, 1905-1908; Livro de Batismos, 1908-1910; Livro de Batismos, 1910-1911; Livro de Batismos, 1911-1912; Livro de Batismos, 1912-1914; Livro de Batismos, 1914-1915; Livro de Batismos, 1915-1917; Livro de Batismos, 1917-1919; Livro de Batismos, 1919-1921; Livro de Batismos, 1921-1923; Livro de Batismos, 1923-1925; Livro de Batismos, 1925-1927; Livro de Batismos, 1927-1929; Livro de Batismos, 1929-1932; Livro de Batismos, 1932-1934; Livro de Batismos, 1934-

¹⁴⁵ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 5. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 139-144.

1936; Livro de Batismos, 1936-1938; Livro de Batismos, 1938-1939; Livro de Batismos, 1939-1941; Livro de Batismos, 1941-1942; Livro de Batismos, 1942-1944; Livro de Batismos, 1944-1945; Livro de Batismos, 1945-1947; Livro de Batismos, 1947-1948; Livro de Batismos, 1948-1950; Livro de Batismos, 1950-1951; Livro de Batismos, 1991-1993; Livro de Batismos, 1993-1996; Livro de Batismos, 1996-1999.

Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1829-1843; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1844-1867; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1867-1876; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1883-1890; Livro de Casamentos, 1890-1894; Livro de Casamentos, 1894-1908; Livro de Casamentos, 1908-1944; Livro de Casamentos, 1944-1951.

Livro de Óbitos de Escravos, 1799-1815; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1804-1830 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1815-1827; Livro de Óbitos de Escravos, 1862-1881; Livro de Óbitos de Livres, 1867-1879; Livro de Óbitos, 1871-1882 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Óbitos, 1879-1885; Livro de Óbitos, 1906-1908.

Rio de Janeiro

O Município do Rio de Janeiro tem sua origem no povoado estabelecido, em 1565, entre os morros Cara de Cão e da Urca, na Praia Vermelha, transferido, em 1567, para o Morro de São Januário (depois Morro do Castelo). Foi a sede do Vice-Reino do Brasil (1763), do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815), do Império do Brasil (1822), do Município Neutro da Corte (1834), do Distrito Federal (1889) e do Estado da Guanabara (1960). É a capital do Estado do Rio de Janeiro desde 1975.¹⁴⁶

Em 1880, o Município Neutro da Corte contava com as freguesias urbanas de Nossa Senhora do Carmo da Sé, do Santíssimo Sacramento, de São José, de Nossa Senhora da Candelária, de Santa Rita, de Sant'Anna, de Santo Antonio, de São Francisco Xavier do Engenho Velho, de São Cristóvão, de Nossa Senhora da Glória, de São João Batista da Lagoa, do Espírito Santo, de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, de Nossa Senhora da Conceição da Gávea e com as freguesias suburbanas de São Tiago de Inhaúma, de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, de Nossa Senhora de Loreto de Jacarepaguá, de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, de São Salvador do Mundo de Guaratiba,

¹⁴⁶ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 96-98

de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, do Senhor Bom Jesus do Monte da Ilha de Paquetá, sem esquecer o Curato de Santa Cruz.¹⁴⁷

Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (1644)

Para Júlio Romão da Silva, Irajá significa colméia, sendo “ira” (abelha, mel) e “ya” (o que faz ou produz, o fruto).¹⁴⁸

Em 1644, coube ao Padre Antonio de Marins Loureiro, administrador da Prelazia do Rio de Janeiro, a criação das primeiras paróquias no interior da capitania, a de Santo Antônio de Sá e a de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, sendo a capela construída pelo Padre Gaspar da Costa, em 1613, elevada a sede paroquial. A criação da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá foi confirmada pelo Alvará Régio de 10 de fevereiro de 1647. Contava com as seguintes capelas filiais: Nossa Senhora da Ajuda, construída por Jorge de Souza (o velho); Nossa Senhora da Piedade, levantada por Manoel Jordão, no Engenho Velho; Nossa Senhora do Desterro, datada da década de 1650; Nossa Senhora da Conceição, erguida por Manoel de Távora; São João Batista, construída antes de 1737; Nossa Senhora da Penha, construída no alto de um rochedo por Baltazar de Abreu Cardoso e mantida por uma irmandade, onde se passou a celebrar a Festa do Círio, a partir de 1819; Nossa Senhora da Conceição, construída por Brás de Pina, entre 1740 e 1742.¹⁴⁹

Durante o século XIX, na Freguesia de Irajá, despontava o Comendador Antônio Tavares Guerra, negociante de grosso trato e proprietário da Fazenda da Conceição, que mantinha grandes trapiches às margens do Rio Pavuna.¹⁵⁰ No Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói encontramos um livro de registro de batismos de Escravos, de Forros e de Livres realizados na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Pavuna, entre 1846 e 1851.

Noronha Santos registra que havia na paróquia de Irajá, em 1900, apenas duas capelas, a de Nossa Senhora da Conceição do Campinho (construída por volta de 1862 e elevada à sede paroquial em 1969) e a de Sapopemba, bem como a Igreja de Nossa Senhora da Penha, mantida pela Irmandade de Nossa Senhora

¹⁴⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1880, p. 135-150; 462-480.

¹⁴⁸ SILVA, J. Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasiliana, 1966, p. 171.

¹⁴⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 6-13.

¹⁵⁰ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1849, p. 151; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1851, p. 118-119; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1853, p. 82; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1856, p. 312; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1860, p. 368; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 338; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1865, p. 346..

da Penha de França, o que nos leva a pensar que a capela da fazenda da família Guerra tenha caído em desuso, em fins do século XIX.¹⁵¹

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá:

Livro de Batismos de Escravos, 1702-1739.

Paróquia de Nossa Senhora de Loreto de Jacarepaguá (1661)

Segundo Júlio Romão da Silva, Jacarepaguá significa “a baixa lagoa dos jacarés”, sendo “yacaré” (jacaré) e “(i)paguá” (baixa, lagoa).¹⁵²

A paróquia foi criada em 6 de março de 1661, sob a invocação de Nossa Senhora de Loreto e Santo Antônio de Jacarepaguá, com território desmembrado da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Como não havia uma capela para sua instalação, foi construída, em 1664, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Loreto, em terras que antigamente pertenceram ao Padre Manoel de Araújo e doadas por Francisco de Aragão. A posse do primeiro pároco, Padre Antonio Ribeiro de Almeida, ocorreu somente em 1665. Contava com as seguintes capelas filiais: Nossa Senhora da Pena, construída, no alto de um penedo, pelo Padre Manoel de Araújo; São Gonçalo, levantada na Fazenda Camorim, por Gonçalo Correa de Sá, por volta de 1625; Nossa Senhora do Pilar, construída na Fazenda Vargem Pequena, dos beneditinos, em 1766; Nossa Senhora da Conceição e São Boaventura, erguida por Antonio de São Paio, na Fazenda Rio Grande; Santa Cruz, construída pelo Juiz de Órfãos Antonio Telles de Menezes, em 1738, em sua Fazenda da Taquara; Nossa Senhora de Assunção, construída na fazenda de Thomaz Faleiro, sob a invocação original de Nossa Senhora da Conceição.¹⁵³

Noronha Santos registra que a paróquia abrangia a região de Campo Grande, até a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, em 1673. Registra, ainda, que a Capela de Nossa Senhora da Pena é anterior a criação da freguesia e foi reconstruída no século XVIII. Por fim, que a Capela de Santa Cruz, na Fazenda da Taquara, foi reconstruída em 1745 e 1824, pertencendo, em 1900, ao Barão da Taquara.¹⁵⁴

Registros Paroquiais de Nossa Senhora de Loreto de Jacarepaguá:

Livro de Batismos de Escravos, 1718-1719.

¹⁵¹ NORONHA, Santos. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 77-83.

¹⁵² SILVA, J. Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, 1966, p. 195.

¹⁵³ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 189-195.

¹⁵⁴ NORONHA, Santos. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 83-85.

Paróquia de Salvador do Mundo de Guaratiba (1755)

Júlio Romão da Silva traduz Guaratiba como “o sítio das garças”, onde “guará” significa garça e “tiba”, sítio ou lugar.¹⁵⁵

Para benefício dos moradores de Guaratiba, a Capela do Salvador do Mundo passou a condição de curada, antes de 1676. Em 24 de dezembro de 1750, o Capitão-mor Fradique de Quevedo Rondon e sua mulher Maria Anna da Costa Bueno, doaram a sua fazenda, as pescarias, o gado, os escravos e seus móveis para constituírem o patrimônio da capela. Pelo Alvará Régio de 12 de janeiro de 1755, foi criada a Paróquia de São Salvador de Guaratiba. Em 1816, o Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Salvador de Guaratiba obteve provisão para demarcação das terras da paróquia.¹⁵⁶

Noronha Santos afirma que o território da freguesia de Guaratiba foi desmembrado da Paróquia de Irajá, por provisão de Dom José de Barros Alarcão. A Igreja Matriz foi construída em terras do Capitão Francisco Paes Ferreira, na Fazenda do Engenho de Fora. E que a Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1900, ainda era proprietária de vários lotes situados na Barra de Guaratiba.¹⁵⁷

Registros Paroquiais de Salvador do Mundo de Guaratiba:

Livro de Óbitos de Livres, 1703-1705.

Santo Antônio de Sá

O Município de Santo Antônio de Sá foi criado em 5 de agosto de 1697, sendo o primeiro no recôncavo da Baía de Guanabara. A malária (apelidada de febre de Macacu) e o surgimento da ferrovia, em 1860, levaram a sua decadência, o que motivou a transferência da sede do Município de Santo Antônio de Sá para o povoado de Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu, em 1868.¹⁵⁸

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava a vila contava com a Igreja Matriz de Santo Antonio; um convento dos franciscanos; um juiz de fora, desde 1808, cuja jurisdição abrangia também a Vila de Magé; e com professores régios de primeiras letras e latim.¹⁵⁹

¹⁵⁵ SILVA, J. Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, 1966, p. 140.

¹⁵⁶ PEIXOTO, Eduardo Marques. Apontamentos sobre a Freguesia de Guaratiba. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 246-260.

¹⁵⁷ NORONHA, Santos. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 72-74.

¹⁵⁸ FORTE, José Matoso Maia. *Vilas Fluminenses Desaparecidas*: Santo Antônio de Sá. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984, p. 3-13.

¹⁵⁹ CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 32.

Em 1870, o Município de Santo Antônio de Sá, com sede na Freguesia de Sant'Anna de Macacu, abrangia ainda as freguesias de Santo Antônio de Sá e de São José da Boa Morte.¹⁶⁰

O Município de Santo Antônio de Sá foi rebaixado a condição de distrito do Município de Itaboraí, em 1875. No fim do século XIX, em seu território havia o povoado de Sambaetiba, cuja estação foi construída pela Estrada de Ferro Cantagalo.¹⁶¹

O Distrito de Sambaetiba foi criado, em 1892, tendo por sede a povoação de Santo Antônio de Sá. Por força da Lei Estadual n.º 966, de 31 de outubro de 1910, a sede distrital foi transferida para a povoação de Sambaetiba.¹⁶²

Paróquia de Santo Antonio de Sá (1644)

Manuel Fernandes Ozouro comprou parte da fazenda dos jesuítas, entre os rios Casserebu e Guapimirim, onde construiu, em 1612, uma capela dedicada a Santo Antônio. A Paróquia de Santo Antônio de Sá foi criada em 30 de maio de 1644 e confirmada pelo Alvará Régio de 10 de fevereiro de 1647, com o nome de Santo Antônio de Casserebu. Em 1697, Arthur de Sá e Menezes, Governador do Rio de Janeiro, criou a Vila de Santo Antônio de Sá, com sede na paróquia de Casserebu.¹⁶³

Monsenhor Pizarro registra que da Paróquia de Santo Antônio de Sá surgiram as de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, de São João Batista de Itaboraí, da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu, de Nossa Senhora do Amparo de Maricá e de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. No fim do século XVIII, atendia a mais de 6.480 paroquianos. Contava com as capelas de Nossa Senhora da Glória (1746), de São José da Boa Morte (1734) e de Nossa Senhora de Montserrat (1713).¹⁶⁴

¹⁶⁰ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1870, p. 88-92.

¹⁶¹ SILVA, Antônio José Caetano da. Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 312

¹⁶² IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965, p. 126-127.

¹⁶³ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 540-541.

¹⁶⁴ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Régia,

No território da Paróquia de Santo Antônio de Sá, os franciscanos construíram, entre 1649 e 1670, o seu Convento de São Boaventura, reconstruído, em 1784, quando se ergueu a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. As febres que levaram ao despovoamento da paróquia, em 1834, motivaram também a decadência do convento, sendo as imagens sacras transferidas, em 1841, para a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Porto das Caixas.¹⁶⁵

Registros Paroquiais de Santo Antonio de Sá:

Livro de Batismos de Livres, 1652-1670; Livro de Batismos de Livres, 1720-1722; Livro de Batismos de Escravos, 1722-1746; Livro de Batismos de Escravos, 1742-1749; Livro de Batismos de Livres, 1753-1866; Livro de Batismos de Livres, 1762-1798; Livro de Batismos de Escravos, 1763-1807; Livro de Batismos de Forros e Livres, 1856-1891.

Livro de Casamentos e Óbitos de Escravos, 1719-1754; Livro de Casamentos de Escravos, 1741-1745; Livro de Casamentos de Livres, 1754-1805; Livro de Casamentos de Escravos, 1756-1809.

Livro de Óbitos de Livres, 1714-1716; Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1723-1742 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1743-1744; Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres – Termo de Abertura, 1744;

Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1748-1759 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1750-1799 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1765-1795 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Livres, 1766-1794 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Livres, 1796 (contém testamentos).

São Gonçalo

O Município de São Gonçalo tem sua origem na Freguesia de São Gonçalo do Amarante. Pertenceu ao território de Niterói de 1819 até 1890, quando ocorreu sua emancipação. Em 1892, foi extinto e reintegrado ao Município de Niterói, situação que perdurou até 1893. Em 1922, São Gonçalo recebeu foros de cidade, medida revogada, em 1923. Somente em 1929 voltou a ser considerado cidade.¹⁶⁶

Em fins do século XIX, o município era formado por São Gonçalo (1.º

1820, p. 183-193.

¹⁶⁵ RÖWER, Frei Basílio. *Páginas da História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957, p. 167-186.

¹⁶⁶ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p.103-104.

distrito), incluindo as povoações de Neves, Sete Pontes, Columbandê, Itaoca, Porto Velho, Rocha e Luz, com sua histórica capela; Cordeiros (2.º distrito), que incluía os povoados de Alcântara, Santa Isabel, Rio do Ouro, Pachecos, Cabuçu e Laranjal; e Itaipu (3.º distrito), com as povoações de Itaipuaçu, Cala Boca, Paciência, Engenho do Mato e Barra de Piratininga. Era atendido pela Estrada de Ferro Cantagalo e pela Estrada de Ferro Maricá. Sua população, em 1893, correspondia a 16.166 habitantes. Sua economia era baseada na pesca e no cultivo de cana de açúcar, laranjas e goiabas, possuindo numerosos engenhos de aguardente e olarias.¹⁶⁷

Paróquia de São Gonçalo do Amarante (1645)

A paróquia foi criada em 22 de janeiro de 1645 e confirmada pelo Alvará Régio de 10 de fevereiro de 1647, sendo instalada na capela da fazenda de Gonçalo Gonçalves.¹⁶⁸

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que os habitantes de São Gonçalo dedicavam-se a produção de farinha, aguardente e açúcar, além do cultivo de feijão, milho e café.¹⁶⁹

A Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante, ao longo do século XIX, passou por várias reformas, com a ampliação da nave central (1820), a construção do frontispício (1844) e a colocação dos sinos com o brasão do império (1851).¹⁷⁰

Registros Paroquiais de São Gonçalo do Amarante:

Livro de Batismos, Casamentos e Óbitos de Escravos e Livres, 1647-1721 (contém testamentos); Livro de Batismos de Escravos, 1710-1712; Livro de Batismos de Escravos, 1725-1740; Livro de Batismos de Livres, 1746-1760; Livro de Batismos, 1761-1762; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1791-1792; Livro de Batismos de Forros e Livres, 1792-1814; Livro de Batismos, 1841-1850; Livro de Batismos, 1850-1856; Livro de Batismos, 1856-1871; Livro de Batismos, 1871-1874; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1871-1883; Livro de Batismos,

¹⁶⁷ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 373-376.

¹⁶⁸ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 511-512.

¹⁶⁹ CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 33.

¹⁷⁰ BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O Município de São Gonçalo e sua história*. 3 ed. Niterói: Nitpress, 2006, p. 95-97.

1872-1886 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1874-1878; Livro de Batismos, 1878-1890; Livro de Batismos, 1878-1901; Livro de Batismos, 1888-1906; Livro de Batismos, 1906-1910; Livro de Batismos, 1910-1911; Livro de Batismos, 1912-1915; Livro de Batismos, 1915; Livro de Batismos, 1915-1919; Livro de Batismos, 1919-1923; Livro de Batismos, 1923-1925; Livro de Batismos, 1925-1929; Livro de Batismos, 1929-1932; Livro de Batismos, 1932-1934; Livro de Batismos, 1934-1935; Livro de Batismos, 1935-1936; Livro de Batismos, 1936-1938; Livro de Batismos, 1938; Livro de Batismos, 1938-1939; Livro de Batismos, 1939-1941; Livro de Batismos, 1941-1942; Livro de Batismos, 1942-1943; Livro de Batismos, 1943-1944; Livro de Batismos, 1944; Livro de Batismos, 1944-1945; Livro de Batismos, 1945-1946; Livro de Batismos, 1946-1947; Livro de Batismos, 1947-1948; Livro de Batismos, 1948; Livro de Batismos, 1948-1949.

Livro de Casamentos de Escravos e Livres, 1734-1742; Livro de Casamentos de Livres, 1781-1807; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1833-1865; Livro de Casamentos de Forros e Livres, 1865-1923; Livro de Casamentos, 1923-1939; Livro de Casamentos, 1934-1942; Livro de Casamentos, 1942-1946; Livro de Casamentos, 1946-1949; Livro de Casamentos, 1949-1953; Livro de Casamentos, 1957.

Livro de Óbitos de Livres, 1733-1741 (contém testamentos); Livro de Óbitos e Batismos de Escravos, 1743-1754 e 1749-1768; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1772-1806 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1778-1804; Livro de Óbitos de Escravos e Forros, 1780; Livro de Óbitos de Escravos, Forros e Livres, 1871-1876; Livro de Óbitos e Batismos de Forros e Livres, 1876-1884 e 1885-1896; Livro de Óbitos, 1949-1987.

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros (1844)

Criada pela Lei Provincial n.º 311, de 4 de abril de 1844, no Município de Niterói. A Lei Provincial n.º 1.123, de 31 de janeiro de 1859, designou o lugar de Pachecos para sede da freguesia. Como a nova matriz não ficava pronta, o Barão de São Gonçalo ofereceu sua Capela de Nossa Senhora, na Fazenda do Engenho Novo do Retiro, para nela funcionar provisoriamente a paróquia, medida autorizada pela Lei Provincial n.º 886, de 1 de outubro de 1866.¹⁷¹

¹⁷¹ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apênsos, contendo o último uma breve notícia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885,

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros:

Livro de Batismos de Livres, 1856-1869; Livro de Batismos de Escravos, 1856-1885; Livro de Batismos, 1870-1873; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1870-1896; Livro de Batismos de Escravos, 1871-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos, 1873-1887; Livro de Batismos de Livres, 1877-1884; Livro de Batismos de Livres, 1884-1896; Livro de Batismos de Livres, 1885-1895; Livro de Batismos, 1890-1893; Livro de Batismos, 1893-1899.

Livro de Casamentos de Livres, 1857-1873; Livro de Casamentos, 1898-1912.

Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1857-1874.

Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José Operário do Gradim (1967)

O bairro do Gradim tem sua origem em um porto pesqueiro, próximo ao Porto de Neves, que recebia grande quantidade de barcos que ali atracavam para deixar a pesca.¹⁷² A capela de São José foi construída por volta de 1957. E a paróquia foi criada em 1967, por Dom Antônio Almeida Moraes Júnior, 1.º Arcebispo de Niterói.¹⁷³

Registros Paroquiais de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José Operário do Gradim:

Livro de Batismos, 1985-1996.

Paróquia de Nossa Senhora das Neves (1984)

A Irmandade de Nossa Senhora das Neves foi a responsável pela construção da capela, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, sendo a paróquia criada em 1984, quando ocorreu a posse do primeiro pároco, Padre José Marcelo Martins Gomes.¹⁷⁴

p. 514-515.

¹⁷² BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O Município de São Gonçalo e sua história*. 3 ed. Niterói: Nitpress, 2006, p. 89.

¹⁷³ O Fluminense, Niterói (RJ), 16 de julho de 1967, p. 10.

¹⁷⁴ O Fluminense, Niterói (RJ), 12 de novembro de 1985, p. 6; O Fluminense, Niterói (RJ), 3 de dezembro de 1985, p. 4.

Registros Paroquiais de Nossa Senhora das Neves:

Livro de Batismos, 1984-1991; Livro de Batismos, 1991-1994.

São João Marcos

O Município de São João Marcos tem sua origem na Freguesia de São João Marcos. Em 1811, foi emancipado de Resende, com o nome Vila de São João do Príncipe, uma homenagem ao Príncipe Regente Dom João, futuro Dom João VI. Em 1890, São João do Príncipe recebeu foros de cidade. Em 1938, foi extinto para a ampliação da represa de Ribeirão das Lajes, sendo parte de seu território anexado ao Município de Rio Claro.¹⁷⁵

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que os habitantes da Freguesia de São João Marcos recolhiam prodigiosa quantidade de café e se dedicavam, também, a produção de açúcar.¹⁷⁶

Em 1880, o Município São João do Príncipe compreendia as freguesias de São João Marcos, de São José do Bom Jardim e de Nossa Senhora da Conceição de Passa Três, com uma população formada por 9.777 habitantes livres e 8.182 escravizados matriculados até 1877. São João Marcos contava com um Juízo de Direito, um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Delegacia de Polícia, uma Coletoria de Rendas, uma Agência Consular de Portugal, sem esquecer a Sociedade Musical Bela União.¹⁷⁷

Em 1891, o Município de São João do Príncipe teve sua denominação alterada para São João Marcos. Era atendido pela Estrada de Ferro Piraiense. Em fins do século XIX era constituído pelos distritos de São João Marcos, Passa Três e São Sebastião de Arrozal.¹⁷⁸

Paróquia de São João Marcos (1755)

A Paróquia de São João Marcos teve sua origem em uma pequena capela construída na fazenda de João Machado Pereira, em 1739, com autorização do Dom Frei Antônio de Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro. Passou a ser capela curada, em 1742. A paróquia foi criada pelo Alvará Régio de 12 de janeiro de 1755. Uma nova Igreja Matriz foi construída em 1801. Pelo Alvará Régio de 21 de fevereiro de 1811, a paróquia foi desmembrada da Vila de Resende para dar origem a Vila de São João

¹⁷⁵ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 236-237.

¹⁷⁶ CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 25.

¹⁷⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 250-254.

¹⁷⁸ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 379-381.

do Príncipe, em homenagem ao Príncipe Regente Dom João.¹⁷⁹

Registros Paroquiais de São João Marcos:

Livro de Óbitos de Livres, 1778-1785 (contém testamentos)

São Pedro da Aldeia

O Município de São Pedro da Aldeia tem sua origem no aldeamento indígena, fundado pelos jesuítas, em 1617, em Cabo Frio. Expulsos os padres da Companhia de Jesus, os padres capuchinhos assumiram a administração do aldeamento até a criação da freguesia, em 1795. Sua emancipação ocorreu somente em 1890, sendo extinto, em 1892, quando seu território foi reanexado ao de Cabo Frio. Recriado, em 1893, sua sede foi elevada à categoria de cidade, em 1929.¹⁸⁰

Em fins do século XIX, o município era formado exclusivamente pelo território da antiga freguesia. Sua população, em 1893, correspondia a 11.871 habitantes. Sua economia era baseada na pesca, na indústria do sal e na fabricação de cal de marisco.¹⁸¹

Paróquia de São Pedro da Aldeia (1795)

A aldeia de São Pedro, na Vila de Cabo Frio, foi fundada, em 1617, pelos jesuítas. Por Alvará Régio de 22 de dezembro de 1795, foi criada a Freguesia da Aldeia de São Pedro.¹⁸² Em 1880, no território da paróquia funcionavam um Juizado de Paz, uma Coletoria de Rendas, uma Agência dos Correios, uma Delegacia Consular de Portugal e uma Irmandade do Santíssimo Sacramento.¹⁸³

¹⁷⁹ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 550-551.

¹⁸⁰ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 109.

¹⁸¹ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 381.

¹⁸² LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 458-459.

¹⁸³ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 77-81.

Registros Paroquiais de São Pedro da Aldeia:

Livro de Batismos de Escravos, Forros e Livres, 1794-1803; Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1796-1809; Livro de Batismos de Escravos, Índios e Livres, 1847-1848; Livro de Batismos de Escravos, Índios e Livres, 1848-1856; Livro de Batismos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1856-1864; Livro de Batismos de Escravos, Índios e Livres, 1864-1870; Livro de Batismos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1870-1878; Livro de Batismos, 1871-1884 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Escravos e Livres, 1878-1885; Livro de Batismos, 1884-1888 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Índios e Livres, 1885-1893; Livro de Batismos, 2001-2007.

Livro de Casamentos de Forros, Índios e Livres, 1826-1849; Livro de Casamentos de Escravos e Livres, 1849-1872; Livro de Casamentos de Índios e Livres, 1872-1887 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Casamentos e Batismos de Escravos e Livres, 1887-1930.

Livro de Óbitos de Escravos, Índios e Livres, 1824-1836; Livro de Óbitos de Escravos, Índios e Livres, 1836; Livro de Óbitos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1849-1863; Livro de Óbitos de Livres, 1852; Livro de Óbitos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1863-1873; Livro de Óbitos de Escravos, Índios e Forros, 1871-1890; Livro de Óbitos, 1871-1891 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871).

Saquarema

Pedro Guedes Alcoforado afirma que Saquarema seria uma corruptela de “Socó-rema”, que significa “gavião fedorento”.¹⁸⁴

O Município de Saquarema tem sua origem na Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema, em Cabo Frio. Em 1841, é elevada a sede da vila, mas extinta, em 1859, quando passou a pertencer à Araruama. A Vila de Saquarema foi recriada, em 1860, e recebeu foros de cidade, em 1890.¹⁸⁵

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava que os habitantes de Saquarema cultivavam milho, feijão, mandioca e se dedicavam, também, a pescaria.¹⁸⁶

¹⁸⁴ ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 167.

¹⁸⁵ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 112.

¹⁸⁶ CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica*: volume 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 39.

Em 1880, o Município de Saquarema compreendia as freguesias de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema e de Nossa Senhora da Conceição de Mato Grosso, com uma população formada por 10 mil habitantes livres e 5.900 escravizados matriculados até 1879. Saquarema contava com um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Coletoria de Rendas, uma Delegacia de Polícia, uma Agência dos Correios, duas irmandades religiosas, a de Nossa Senhora de Nazaré e a do Santíssimo Sacramento, e uma Devoção a Nossa Senhora das Dores.¹⁸⁷

Em fins do século XIX, o município compreendia os distritos de Saquarema, incluindo o povoado de Bacaxá; Palmital (criado em 1891); e Mato Grosso, constituído pelo território da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mato Grosso (criada em 1865), incluindo o povoado de Jaconé.¹⁸⁸

Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema (1755)

A capela erguida por Manoel de Aguillar Moreira e sua mulher, Catarina de Lemos, antes de 1662, foi elevada à categoria de curada e filial da Matriz de Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio. Em 1675, foi construída, no mesmo local, uma igreja maior, em pedra e cal. A Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema foi criada pelo Alvará Régio de 12 de janeiro de 1755. Contava com apenas uma capela, dedicada a Santo Alberto, na Fazenda de Ipitanga, que pertenceu aos carmelitas. Houve também uma Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída por Thomaz Cotrim de Carvalho, com provisão datada de 1768, mas rebaixada a categoria de oratório, por falta de patrimônio.¹⁸⁹

Registros Paroquiais de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema:

Livro de Batismos, Casamentos e Óbitos de escravos, 1770-1812; Livro de Batismos de Escravos, Forros, Índios e Livres, 1804-1826; Livro de Batismos e Óbitos de Escravos, 1825-1829; Livro de Batismos de Livres, 1825-1841; Livro de Batismos de Escravos, 1828-1835; Livro de Batismo de Escravos, 1836; Livro de Batismos de Escravos, 1838-1843; Livro de Batismos de Escravos, 1838 – 1848; Livro de Batismos de Livres, 1841-1848; Livro de Batismos de Escravos, 1849-1857; Livro de Batismos de Livres, 1850-1854; Livro de Batismos de Livres, 1851-1855; Livro de Batismos Escravos, Forros e Livres, 1855-1858; Livro de Batismos de Livres, 1858-1862; Livro de Batismos de Livres, 1866-1870; Livro de Batismos de Livres, 1870-1874;

¹⁸⁷ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 261-269

¹⁸⁸ SILVA, Antônio José Caetano da. Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 385-386.

¹⁸⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*: volume 3. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 195-200.

Livro de Batismos, 1872-1885 (contém registros de filhos de escravizados nascidos após de Lei do Ventre Livre de 1871); Livro de Batismos de Livres, 1875-1879; Livro de Batismos de Livres, 1881-1886; Livro de Batismos, 1890-1892; Livro de Batismos, 1892-1894; Livro de Batismos, 1894-1925; Livro de Batismos, 1897-1902.

Livro de Casamentos de Livres, 1866-1884.

Livro de Óbitos de Livres, 1724-1742 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos e Livres, 1825-1854; Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1826-1832 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Forros e Livres, 1836-1862 (contém testamentos); Livro de Óbitos de Escravos, 1842-1862.

Silva Jardim

O Município de Silva Jardim tem sua origem na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivari, em Cabo Frio. Sua emancipação ocorreu, em 1841, sendo instalado em 6 de janeiro de 1843. Elevado à categoria de cidade, em 1890. Em 1943, o Município de Capivari passou a se chamar Silva Jardim, em homenagem ao seu filho ilustre, Antônio da Silva Jardim (1860-1891), abolicionista e líder republicano.¹⁹⁰

Em 1880, o Município de Capivari compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Lapa de Capivari e de Nossa Senhora do Amparo de Correntezas e o Curato de Nossa Senhora da Conceição de Gaviões, com uma população formada por 10.036 habitantes livres e 4.270 escravizados matriculados até 1877. Capivari contava com um Juízo Municipal e de Órfãos, uma Coletoria de Rendas, uma Delegacia de Polícia e uma Agência dos Correios.¹⁹¹

No fim do século XIX, o município se destacava pela produção de café, açúcar, aguardente e cereais e pela indústria madeireira. Era servido por um ramal da Estrada de Ferro Macaé a Campos, com as estações de Cesário Alvim, Juturnahyba e Capivary. Contava com Capivary (1.º distrito), Correntezas (2.º distrito) e Gaviões (3.º distrito).¹⁹²

Em 1929, Escragnolle Dória descreveu a economia de Capivari baseada na pecuária e na agricultura, com destaque para o cultivo de café, milho, arroz, feijão, fumo e algodão.¹⁹³

¹⁹⁰ ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, p. 113.

¹⁹¹ Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 103-106.

¹⁹² SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 303-304.

¹⁹³ DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929, p. 48.

Paróquia de Nossa Senhora da Lapa de Silva Jardim (1801)

Quando foi transferida a sede da Freguesia de Sacra Família de Ipuca para a barra do Rio São João, os moradores de Capivari requereram a criação de uma nova paróquia. A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivari foi criada pela provisão de 9 de outubro de 1801. Serviu provisoriamente de matriz a Capela de Sant'Anna, erguida na fazenda de Maria Rodrigues, viúva de Manuel da Silveira Azevedo.¹⁹⁴

Registros Paroquiais de Nossa Senhora da Lapa de Silva Jardim:

Livro de Casamentos de Escravos, Forros e Livres, 1848-1879.

Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Correntezas (1844)

A Lei Provincial n.º 343, de 6 de junho de 1844, criou a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Correntezas, no Município de Capivari. Pela Lei Provincial n.º 862, de 30 de agosto de 1856, sua sede foi transferida para a localidade de Gaviões, ficando Correntezas com foros de curada. A mudança foi desfeita pela Lei Provincial n.º 1.084, de 22 de dezembro de 1858, que restabeleceu a paróquia de Correntezas.¹⁹⁵

No fim do século XIX, havia na freguesia três povoações antigas, a de Correntezas, a de Fazenda Nova e a de Aldeia Velha, e dois povoados novos, surgidos no entorno das estações ferroviárias de Cesário Alvim e de Poço d'Anta.¹⁹⁶

Registros Paroquiais de Nossa Senhora do Amparo de Correntezas:

Livro de Batismos de Livres, 1844-1851.

¹⁹⁴ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 480

¹⁹⁵ LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 482-483.

¹⁹⁶ SILVA, Antônio José Caetano da. *Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896*. *RIHGB*, t. 67, v. 110, Rio de Janeiro, 1904, p. 304.

Referências bibliográficas

- ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950.
- ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.
- ARQUIDIOCESE DE NITERÓI. *Anuário Arquidiocesano 2022: 130 anos construindo o Reino (1892-2022)*. Niterói: Arquidiocese de Niterói, 2022.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Oficina de Paschoal da Sylva, 1712-1728.
- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O Município de São Gonçalo e sua história*. 3 ed. Niterói: Nitpress, 2006.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. *Niterói, a terra e o homem*. Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1997.
- CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- DALL'ALBA, Jairo. *O Santuário de Jesus Crucificado: das ruínas ao novo Santuário*. Itaboraí: Publicações Passionistas, 1981.
- DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo: subsídios para a história do Município de Cantagalo*. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1978.
- DÓRIA, Escragnolle. *Terra Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia da Encadernadora S.A., 1929.
- ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Gráfica Erthal, 1992.
- FEYDIT, Júlio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes sede os tempos coloniais até a proclamação da República*. Campos dos Goytacazes: Tipografia a vapor de J. Alvarenga & Companhia, 1900.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FORTE, José Matoso Maia. *Vilas Fluminenses Desaparecidas: Santo Antônio de Sá*. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984.
- FORTE, José Mattoso Maia. *Notas para a história de Niterói*. 2.ª ed. Niterói: Instituto Niteroiense de Desenvolvimento Cultural, 1973.
- IBGE. Documentação histórica dos municípios e distritos do Estado do Rio de

Janeiro. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Niterói, 1964/1965.

LAMBRAKI, Alexandra (org.). *Compêndio de História de Maricá*. Rio de Janeiro: COP Editora, 2005.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A planície do solar e da senzala*. 2 ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1996.

LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

MASSA, Hilton. *Cabo Frio, nossa terra, nossa gente*. Rio de Janeiro: FLUMITUR, 1967.

NORONHA, Santos. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. 2 ed. Brasília: EBRASA, 1971.

PARDAL, Paulo. Armação de Búzios. *RIHGRJ*, n. 6, p. 55, Rio de Janeiro, 1996/1997.

PEIXOTO, Eduardo Marques. Apontamentos sobre a Freguesia de Guaratiba. *RIHGB*, t. 67, v. 110, p. 243-262, Rio de Janeiro, 1904.

RIBEIRO, Edson. *A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Soberbo e o ano que não foi*: contribuições à história de Guapimirim. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2012.

RÖWER, Frei Basílio. *Páginas da História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.

SANT'ANNA, Nilson Liguori. *Sínteses da história da Freguesia de São Lourenço*. Niterói: Nitpress, 2006.

SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

SILVA, Antônio José Caetano da. Corografia Fluminense: o Estado do Rio de Janeiro em 1896. *RIHGB*, t. 67, v. 110, p. 263-396, Rio de Janeiro, 1904.

SILVA, J. Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, 1966.

SILVA, Salvador da Mata e. *Arquidiocese de Niterói: Jubileu de Ouro*. Niterói: Muiraquitã, 2010.

SILVA, Salvador Mata e; VARELLA, Marcos Vinícius Macedo. *Igrejas e Capelas Católicas de Niterói*: resenha histórica. Niterói: Editora Comunitã, 2006.

SOARES, Emmanuel de Macedo. *As matrizes de Araruama e São Vicente*. Niterói: Nitpress, 2011.